



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ATA N.º 02/2019

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019

INICIADA ÀS 14 HORAS E 50 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 20 HORAS.

SUMÁRIO:	FL.
- ABERTURA.....	02
- ANTES DA ORDEM DO DIA.....	05
- ORDEM DO DIA.....	33
- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....	61
- ENCERRAMENTO.....	61

ATA N.º 02 / 2019**ABERTURA**

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, no Auditório Municipal sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. João José Casteleiro Alves** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA****2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- 2.1** - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2** - Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos do Concelho da Covilhã;
- 2.3** - Declarações ao abrigo das alíneas a) e b), do n.º 1, do artigo 15 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e 22/2015, de 17 de março;
- 2.4** - Celebração do Contrato para Planeamento - Revisão do Plano de Pormenor das Penhas da Saúde – Zona Sul;
- 2.5** - Isenções Fiscais – Portugal Telecom Data Center, SA;
- 2.6** - Contrato de Delegação de Competências na União de Freguesias de Peso e Vales do Rio - Ano Letivo 2018/2019 - Acompanhamento do Serviço de Refeições no 1.º Ciclo do Ensino Básico e Acompanhamento de Crianças NEE (s);
- 2.7** - Contratos de Delegação de Competências com as Juntas de Freguesia de Aldeia Francisco Assis, Cantar Galo e Vila do Carvalho, Cortes do Meio, Dominguiso, Orjais, Peso e Vales do Rio, S. Jorge da Beira, Teixoso e Sarzedo, Tortosendo e Unhais da Serra - para pagamento da taxa contributiva de 5% à Segurança Social.

3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A Sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, Senhor António Paulo Pereira Ranito e Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: Dr.º João José Casteleiro Alves, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dr.º Francisco César Pinto de Almeida Lino em substituição de Dr.º Luís Manuel Carreira Fiadeiro, Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Prof.ª Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto, António Paulo Pereira Ranito, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dr.º João de Deus Relvas Daniel Lopes, Prof.º Bernardino Gata da Silva, Prof.º Vítor Manuel Reis Silva, Dr.º António Estevão Pitrez Ferreira Lopes, Dr.ª Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa, Dr.º José Paulo Pina Simão, Fausto Herculano Branco Baptista em substituição de Dr.ª Maria Tereza dos Santos Fazendeiro Roque Pereira, Dr.º Nuno Filipe Abreu Pedro, Arq.º João José Augusto Quelhas Gaspar, Dr.º Hugo Ferrinho Lopes, Doutor António João dos Reis Rodrigues, Dr.º João José de Jesus Lopes Bernardo em substituição de João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira, Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho, Dr.ª Rosália Isabel Duarte Rodrigues e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Dr.º Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Dr.º Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguiso), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa), José da Trindade Branco (S. Jorge da Beira), Dr.ª Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr.º David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Dr.ª Cátia Vanessa Alves Gaudêncio em substituição de José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra), Dr.ª Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), Eng.º Luís dos Reis Morais (Barco e Coutada), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Abel Fernando Pereira Cardoso em substituição de Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), José Alberto Sousa Pais (Teixoso e Sarzedo) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

Não compareceram os Excelentíssimos Senhores: Dr.ª Joana Filipa Real Sardinha, Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), João Ramos Almeida (Erada) e Dr.º Paulo Manuel da Cunha Ribeiro (Ferro). -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente Sessão.** -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal Dr.º Vítor Manuel Pinheiro Pereira e os Senhores Vereadores: Prof.ª Doutora Maria Regina Gomes Gouveia, Dr.ª Susete Neves Ferreira em substituição de Dr.º Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Eng.º José Miguel Ribeiro Oliveira, Jorge Manuel Afonso Gomes, Dr.ª Ivone Franco Correia do Serviço de Apoio aos Órgãos e a Coordenadora Técnica que apoia a Assembleia Municipal Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola. -----

--- Submetida a Ordem de Trabalhos à votação, ninguém se manifestando, foi a mesma ***aprovada por unanimidade.*** -----

ORDEM DE TRABALHOS**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA****EXPEDIENTE**

--- Foi apresentado, nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o seguinte expediente: -----

- Email da Assembleia Municipal de Torres Vedras a remeter uma Recomendação referente ao "Aeroporto Complementar de Lisboa (Portela+1) - Montijo versus OTA"; -----
- Email do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a remeter Projeto de Resolução que apresentaram na Assembleia da República "Alargamento do âmbito de aplicação da cobertura do seguro escolar às deslocações em bicicleta"; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a pergunta formulada ao Governo, pelos Senhores Deputados Duarte Alves, Paula Santos e Ana Mesquita, sobre Obras na Estrada Nacional 230"; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a pergunta formulada ao Governo, pela Senhora Deputada Paula Santos, sobre "Constituição de turmas na EB Largo da Feira"; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a pergunta formulada ao Governo, pela Senhora Deputada Paula Santos, sobre "construção de infraestrutura desportiva - EB2.3 Tortosendo"; -----
- Email do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a remeter Projeto de Resolução a recomendar ao Governo o "Alargamento do âmbito de aplicação da cobertura do seguro escolar às deslocações em bicicleta"; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter apreciações Parlamentares sobre quadro de transferência de competências para os Órgãos Municipais e Intermunicipais; -----
- Email do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a remeter Projeto de Resolução que os Senhores Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia apresentaram na Assembleia da República, a recomendar ao Governo que considere a abolição das portagens na A25; -----
- Email do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a remeter Projeto de Resolução que os Senhores Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia apresentaram na Assembleia da República, a recomendar ao Governo que considere a abolição das portagens na A23; -----

- Email do Grupo Parlamentar “Os Verdes” a remeter Projeto de Resolução que os Senhores Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia apresentaram na Assembleia da República, a recomendar ao Governo que inicie o processo de reversão da privatização dos CTT - Correios de Portugal; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter o pedido de Apreciação Parlamentar do Decreto-Lei n.º 5/2019; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a resposta do Governo à pergunta sobre a requalificação da Escola Secundária Frei Heitor Pinto; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a resposta do Governo à pergunta sobre apoios a empresas que não respeitam os direitos dos trabalhadores. -----

INTERVENÇÕES LÍDERES

--- **O Senhor Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** fez a intervenção que, a seguir, se dá por integralmente reproduzida: **(Doc. 01)** -----

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, -----
 Exmo. Senhor Presidente da Camara Municipal, -----
 Exmo(s). Senhores Vereadores, -----
 Exma(s). Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----
 Minhas Senhoras e meus Senhores, -----

A luta das mulheres em Portugal tem uma história e um percurso, a confirmar, que o êxito das suas aspirações específicas está indissolivelmente ligado à luta geral dos trabalhadores e do povo, às transformações económicas, sociais, políticas e culturais, só possíveis com a Revolução de Abril. -----

E, em sentido oposto, o seu incumprimento é parte integrante de um Portugal mais desigual, periférico e dependente. -----

Por isso, a luta das mulheres pela igualdade é parte integrante da luta dos trabalhadores e do povo por um Portugal com futuro: mais justo, de progresso social e soberano. -----

Esta luta por direitos próprios é indissociável do combate tanto a concepções retrógradas e degradantes, assim como às que, no tempo presente, parecendo responder a reivindicações e formas de luta de "grande radicalidade", visam na verdade o branqueamento das causas e responsáveis do incumprimento dos seus direitos na vida. -----

Aparentando "radicalidade" essas formas de luta estão desprovidas de qualquer perspectiva de transformação da condição social das mulheres. -----

Das mulheres que têm sido duramente penalizadas nos seus direitos e condições de vida pela política de direita, pela subordinação ao défice, a dívida e ao euro, e à agenda de igualdade de género da União Europeia. -----

Aproximam-se as comemorações do Dia Internacional da Mulher, uma oportunidade para se destacar a importância decisiva da luta das mulheres que tem lugar todos os dias, para se valorizar os avanços alcançados no actual quadro político, indissociável do valor da sua participação na luta organizada, na exigência de cumprimento dos seus direitos. -----

Uma luta decisiva a partir das empresas e locais de trabalho, contando com os seus sindicatos de classe para enfrentar a exploração laboral a que estão sujeitas, as violações grosseiras dos direitos de maternidade e paternidade, os baixos salários e discriminações salariais, mas também as formas de intimidação, perseguição e repressão. -----

A resposta ao capital, que usa as discriminações das mulheres e a violação dos seus direitos para ampliar a exploração do conjunto dos trabalhadores, só pode ser enfrentada na unidade do conjunto dos trabalhadores. -----

Salientamos e saudamos a Comissão para a Igualdade entre Homens e Mulheres da USCB que promove a Semana da Igualdade no nosso distrito entre 5 e 7 de Março, com a realização no dia 8 de Março de uma acção de rua que liga Castelo Branco a Covilhã. -----

Nas comemorações do Dia Internacional da Mulher há um ponto alto - a Manifestação Nacional de Mulheres, promovida pelo MDM, a 9 de Março em Lisboa. -----

Há fortes razões para participar nestas iniciativas. -----

O *direito das mulheres à igualdade*, intimamente ligado à sua luta emancipadora, é condição para a democratização e humanização da sociedade e o livre desenvolvimento das capacidades criativas e produtivas das mulheres. -----

O direito das mulheres à igualdade deverá ser assegurado: -----

- por legislação que garanta a efectivação dos direitos das mulheres em todas as esferas da sociedade, proibindo e penalizando todas as discriminações; -----
- pelo direito ao trabalho em igualdade de oportunidades no acesso, formação e promoção profissionais e a efectivação do princípio de «a trabalho igual salário igual»; -----

- pelo reconhecimento efectivo da maternidade e paternidade como função eminentemente social; -----
- pelo reconhecimento efectivo da igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres na família, incluindo na manutenção e educação dos filhos. -----
- pelo desenvolvimento de uma política educativa e cultural visando a alteração das mentalidades e a criação de relações familiares baseadas na decisão livre, no amor e solidariedade entre os seus membros; -----
- pela criação das condições objectivas e subjectivas para a formação de uma adequada consciência social que encare o homem e a mulher como seres humanos na plenitude dos seus direitos e deveres. -----

Os eleitos do PCP" -----

--- **O Senhor Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes (PSD)** fez a intervenção que, a seguir, se dá por integralmente reproduzida: **(Doc. 02)** -----

“Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e respetivos membros da mesa da Assembleia, Senhor Presidente do Município e respetivo Executivo, -----
Caras e caros membros da Assembleia Municipal, -----

Após as últimas assembleias municipais, onde reiteradamente o Executivo Municipal obstaculizou o acesso à informação, de forma deliberada, começamos a perceber o perfil de liderança que existe na Covilhã. O chamado "lobo" em pele de "cordeiro" que quando precisava, apelava ao diálogo e agora depois de um cheque em branco, se esquece que existe mundo para além de uma maioria. -----

Quando se critica tanto o passado, convinha fazer diferente no presente e no futuro. Afinal, agora faz-se diferente, muito diferente, para pior, muito pior. -----

Os eleitos do PSD nesta Assembleia Municipal entendem que devemos pensar no futuro e pensar melhor. Assim, queremos colocar na agenda e a votação nesta Assembleia um assunto extremamente importante, uma causa de civilidade moderna, nomeadamente a prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género. -----

O bem jurídico protegido no crime de violência doméstica, autonomizado do crime de maus tratos a que alude o art.152-A, do Código Penal, continua a ser plural, complexo, abrangendo a integridade corporal, saúde física e psíquica e a dignidade da pessoa humana. Ora, quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos no contexto de relação conjugal ou análoga e, mesmo após cessar essa relação, como nas restantes circunstâncias previstas artº 152º do Código Penal, incorre no crime de violência doméstica. -----

Esta perspectiva acompanha instrumentos internacionais, vinculativos para o Estado Português, destacando-se, em especial, a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres e a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul). -----

Porém, apesar das existentes Estratégias Nacionais de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, doze pessoas morreram vítimas deste crime, desde o dia 1 de janeiro de 2019. Destes números resultam onze mulheres, entre elas uma bebé de 2 anos, e um homem, todos atacados até à morte por familiares, companheiros ou ex-companheiros. -----

O último Relatório Anual de Segurança Interna (IASI), publicado em Março de 2018, mostra que em 2017 foram registadas pelas forças de segurança 26.713 participações por violência doméstica. -----

Segundo o Observatório das Mulheres Assassinadas, "503 mulheres foram mortas em contexto de violência doméstica ou de género entre 2004 e o final de 2018." -----

A este flagelo nacional, acresce o preocupante número de violência no namoro. Segundo um estudo, nacional, realizado pela União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) e pela secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, 58% dos jovens referem indicadores de violência no namoro. No que aos diferentes tipos de legitimação diz respeito, o relatório é claro, o controlo é legitimado por (27%) dos jovens, seguido da perseguição (24%), da violência sexual (24%), da violência através das redes sociais (23%), violência psicológica (16%) e, finalmente, a violência física (9%). Através da comparação com os dados do Estudo Nacional sobre a Violência no Namoro de 2018, podemos constatar, ainda, que aumentou para o dobro, a vitimação em praticamente todas as formas de violência. -----

Ora, este aumento de vitimação no namoro, acrescido do galopante número de vítimas de violência doméstica, incluindo nos idosos, obriga-nos a concluir, que o trabalho realizado neste âmbito está aquém das necessidades reais. -----

Assim, iremos apresentar moção a ser discutida na Assembleia de hoje. -----

Esta Câmara Municipal tem o dever de responder às necessidades das mulheres e mães deste concelho. Não podemos, nem devemos esconder-nos de um dos maiores flagelos de um mundo desenvolvido, nem apenas olharmos para este problema das desigualdades de género quando comemoramos o dia Internacional da Mulher no dia 8 de março de cada ano. -----

Ele deve ser comemorado todos os dias. -----

Assim, iremos apresentar moção para ser votada acerca deste tema, Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género. -----

Covilhã, 28 de fevereiro de 2019, -----

-

Os Eleitos do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã” -----

--- **O Senhor Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** fez a intervenção que, a seguir, se dá por integralmente reproduzida: **(Doc. 03)** -----

“Ex.mo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal -----
Presidente e vereadores da Camara Municipal -----
Presidentes de Junta de Freguesia -----
Membros da Assembleia -----
Covilhanenses -----

Na análise do que deveria ser esta intervenção política, sugeriram-me vários temas, desde logo nacionais, mas que enjeitei por essa, normalmente, ser incumbência de outras forças; Regionais, em que surgia em primeiro lugar as demonstrações de poder que, ultimamente, se têm assistido por parte do PS da Covilhã, para saber quem é que tem o poder de indicar ou de impedir quem pode ou não participar nas listas as deputados, mas atendendo à época festiva que se vive, entendi deixar isso para outros carnavais... -----

Porém o que me convenceu, verdadeiramente, foi uma conversa que tive com uma pessoa amiga na qual, vindo à baila o estado da cidade e do concelho, optei por dizer que tudo estava bem, todos estavam muito satisfeitos, que as obras pululavam, e até víamos a felicidade estampada na cara dos munícipes – quase parafraseando as intervenções adadoras e fantasiosas dos eleitos socialistas –, quando fui interrompido nesse conto de fadas, com uma pergunta: -----

Mas o que é que efetivamente mudou na Covilhã nos últimos 20 anos? -----

As obras, o crescimento dos prédios, as empresas, as instituições, os protagonistas e principalmente a forma de pensar e atuar, não mudaram! -----

- As obras públicas continuam a ser feitas á imagem e semelhança de quem manda, ou ao mero sabor dos fundos disponíveis; -----
- Os prédios crescem, mas a população diminuiu; -----
- As principais empresas e as instituições são as mesmas e com os mesmos problemas. -----

E os protagonistas, por muito que variem em tamanho e ou aparente simpatia, mantêm-se e, sobretudo com a mesma perspetiva e forma de pensar: -----
- Gerir o dia a dia, os interesses individuais ou setoriais, sem que pensar nem definir o futuro... -----

Na verdade, durante os últimos 20 anos que tenho acompanhado a vida municipal, e principalmente nos últimos 6 em que de uma forma ou outra, tenho participado ativamente nela, constato que existem certas palavras/conceitos que, pura e simplesmente são excluídas do léxico municipal: Planeamento e Estratégia... -----

Tabu? Medo? Falta de consciência? -----

Independentemente das razões, o certo é que em todos estes anos, e sobretudo nestes últimos, não vi em qualquer proposta ou deliberação deste executivo socialista a menção a tais conceitos sendo que, desconfio que os responsáveis municipais ainda estão para descobrir que as mesmas podem e devem conjugar-se, nomeadamente ou como agora os miúdos dizem, tipo, em planeamento estratégico! -----

É, em meu entender evidente que os atuais responsáveis deste executivo, não têm mãos a medir como "imenso e hercúleo" trabalho de gerir o dia a dia deste município, e em face tal asoberbamento ocupacional não seria legítimo pedir mais. -----

Sem planeamento estratégico não se sabe o que a Câmara (mais que os partidos ou as pessoas que as dirigem) pretende alcançar, o caminho que pretende percorrer e como e o que fazer para o alcançar, de uma forma clara e transparente e as razões porque o faz. -----

Por essa razão e porque hoje, mais que nunca, só as obras, o voluntarismo, a simpatia ou a preocupação, não chegam para criar projetos estruturantes de desenvolvimento do concelho e da região, que permitam à Covilhã reassumir a liderança e a pujança económica e social do interior, o CDS lança, mais que a proposta, o desafio ao Sr. Presidente de Câmara para criar e instalar o Conselho Estratégico da Covilhã, com o objetivo claro e preciso de definir eixos e prioridades de desenvolvimento estruturantes, que assegurem a sustentabilidade económica, em que sejam convidados a fazer parte todos os que cá desenvolvendo a sua atividade tenham uma papel fulcral no desenvolvimento do concelho: instituições públicas e privadas, universidade, escolas, empresas, associações e demais sociedade civil. -----

Pelos eleitos do CDS -PP -----

João Lopes Bernardo" -----

--- O Senhor Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP) fez a intervenção que, a seguir, se dá por integralmente reproduzida: **(Doc. 04)** -----

“Saudações -----

DECLARAÇÃO POLÍTICA -----

Afinam-se as estratégias de marketing, definem-se fronteiras entre candidatos, estudam-se adversários, elenca-se um novo rol de promessas, discutem-se os jargões e frases feitas que irão apresentar ao eleitorado num programa mediatizado, intitulado: "acredite se quiser". -

As gráficas aumentam o stock de papel e tinta, ajustam o seu plano de negócio e ensaiam outdoors. -----

Instala-se a discussão, o disse-disse, a confusão, os casos, a crítica e a mediatização. -----
-

A democracia assim o exige. -----

Mas o espetáculo não vai começar. Já começou -----

A nível nacional -----

A preocupação com os votos já levou a que o governo promovesse a dualidade e diferença entre o salário mínimo nacional e o salário mínimo para a administração pública; -----

Se a requisição civil dos enfermeiros é uma demonstração clara da incapacidade negocial deste governo, já a chamada apressada e atabalhada dos seus sindicatos para a mesa das negociações, depois de ter apelidado a classe de selvagem e criminosa, indicia que não está seguro do caminho que trilha, mas a necessidade dos votos assim o obriga. -----

O desencontro entre os partidos da geringonça é uma evidência a que não podemos fugir: os mesmos deputados que durante o dia defendem na assembleia da república as posições do governo, à tarde dão entrevistas a apoiar e a defender as lutas de quem reivindica contra o governo. -----

Também entre nós a campanha já começou. Já se aponta o dedo a quem, pretensamente, canta hossanas aos vizinhos da Guarda e Fundão aproveitando, para, no parágrafo seguinte, entoar os mesmos cânticos de louvor ao seu executivo camarário. -----

Fala-se das greves que afrontam o governo da Geringonça como se de uma doença infecciosa, perversa e letal se tratasse e para a qual só os operários, os quinteiros os ferroviários e os mercadores tem imunidade e direito a fazer, esquecendo-se, ostensivamente, de professores, magistrados de ministério público, oficiais de justiça, enfermeiros, técnico superiores de saúde, funcionários das escolas, inspetores da polícia judiciária, função pública e de todos os outros que diariamente lutam pelo pão que o diabo amassou e a quem também e do mesmo modo, o direito à greve, assiste. -----

Mas, não será a greve uma imagem de marca da democracia? -----

Não estará o governo a ser vítima da mentira que construiu e que nos vendeu durante os últimos anos fazendo-nos acreditar que, finalmente, tinha virado a página da austeridade.

Somos um País com um penteado de risco ao meio. E com este governo, tal como com os anteriores, para o litoral o investimento, o apoio, o desenvolvimento, o crescimento económico e o crescimento demográfico. No outro lado do risco, o interior, pomposamente, as promessas eleitorais que se repetem. -----

E é do interior que continuamos a falar. Por mais que nos esforcemos, não compreendemos nem conseguimos contextualizar o pedido do senhor secretário de estado da energia para que consumamos mais eletricidade a fim de justificar os investimentos feitos no interior. ----

A história, mais cedo do que tarde, julgará aqueles que agora entoam cânticos contra quem, pretensamente, lhe condiciona ou condicionou o pensamento. -----

No interior, sem que se vislumbrem medidas efetivas para inverter a situação, as cidades pequenas vão-se transformando em Vilas, as Vilas em Aldeias, as Aldeias em Lugares e os Lugares vão desaparecendo. -----

Mas no período eleitoral nem tudo é mau para quem governa. Enquanto se fazem novas promessas o eleitorado vai-se esquecendo das anteriores e das questões pertinentes do quotidiano. -----

Onde pára o prometido projeto da Nova Barragem; -----

Que sensação de claustrofobia estará a Igreja da Misericórdia a provocar aos queijos e presuntos do Verdinho; -----

Como estarão a decorrer as esperadas obras na sede social do Estrela do Campo da Aviação e no Caça e Pesca de Unhais da Serra; -----

Será que as obras da Frei Heitor Pinto e da ciclovia já se iniciaram ou, quem sabe, já estarão na fase de conclusão. -----

Para terminar, embora tenha demorado mais de um mês a reagir à situação aqui tornada pública, na última sessão, relativamente à reorganização dos Bombeiros, a nível distrital, sublinhamos com agrado que a opinião da CMC tomada pública pelo senhor vereador da proteção civil, vai com um sentido correto, ainda que contrariando a votação do seu grupo parlamentar. -----

Disse.” -----

--- **O Senhor Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)** fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: -----

“Boa tarde a todos, -----
Nesta intervenção, vou debruçar-me num tema, que já aqui foi abordado, que é uma preocupação local e nacional, que tem a ver com a violência doméstica e com a promoção da igualdade do género. -----

Este assunto, do nosso ponto de vista, do Partido Socialista e do meu, é para além das questões formais e legislativas, porque se fosse uma questão de Leis, certamente, o problema estava resolvido. Trata-se de uma questão civilizacional, de sociedade, de mentalidade e de consciência coletiva e é isso que todos temos que tomar consciência. É isso que todos, independentemente do posicionamento político partidário, das crenças religiosas ou outras, numa sociedade civilizada no século XXI, não podemos aceitar e tolerar, muitas vezes ao lado da nossa casa, algumas vezes até com implicações familiares. Este tipo de comportamentos, que hoje sabemos e verificamos, já se estendem aos namoros na adolescência. -----

Isto é uma situação em que a única forma de a debelarmos é denunciá-la, é cada um de nós, mas também coletivamente, sermos absolutamente intransigentes na sua condenação, na sua prevenção e na sua denúncia. Isto é a única forma que nós temos para prevenir um mal que grassa por muitas famílias Portuguesas, independentemente da sua classe social, da sua situação financeira ou social. E, que geralmente, é vivido em silêncio, em profunda vergonha e com um prejuízo tremendo na qualidade de vida das pessoas, das famílias e na formação das crianças que, infelizmente assistem a isso. -----

Eu não trouxe nenhuma Moção, trazia aqui um conjunto de notas sobre aquilo que o Município da Covilhã tem feito. Entendo que não só o Município da Covilhã, mas os parceiros sociais da nossa Região, têm trabalhado muito bem. Aliás, com reconhecimento Nacional. -----

Eu queria deixar uma palavra de agradecimento e de apreço, a quem tem trabalhado nisto em surdina, porque este trabalho não se faz com parangonas de jornais, com microfones ou com altifalantes. É um trabalho de surdina que é feito muitas vezes na discrição dos gabinetes, porque as vítimas não querem ser identificadas, porque para além da violência física e psicológica que já têm em casa, não querem ter depois o estigma social associado. É, portanto, um trabalho de formiga, discreto, absolutamente decisivo naquilo que é o seu sigilo e que tem sido absolutamente exemplar o tratamento que, quer o Município da Covilhã, presidido pelo Senhor Presidente Vítor Pereira, quer pelos parceiros da rede social local dos Municípios vizinhos tem feito um trabalho absolutamente exemplar que foi, creio que no ano passado, reconhecido em termos Nacionais pelo Senhor Presidente da República, destacando a COOLABORA e os parceiros que trabalham nesta área, na nossa Região, como um bom exemplo a nível Nacional com bons resultados. -----

E, aquilo que o Partido Socialista quer fazer hoje, aqui nesta Assembleia, é sinalizar a importância política e estratégica que este assunto tem – o combate à violência doméstica e a promoção da igualdade do género – para nós enquanto Partido e para o Executivo Municipal, enquanto responsáveis Autárquicos. Foi, no Mandato passado, aprovado um Plano Municipal de Igualdade de Género que tem sido aplicado com resultados, com iniciativas e com atividades. Enfim, estará agora a fazer um ano, todos se lembram do Galardão das Mulheres Notáveis, as exposições “*aqui morreu uma mulher*” – aliás, andávamos na rua e muitas vezes nos apercebemos, em pontos estratégicos, na rua, no espaço público, encontrávamos pinturas murais ou no chão, no sentido de denunciar e de alertar consciências. -----

Vemos hoje, por exemplo, um Executivo Municipal, onde as mulheres que foram na lista, não são mulheres para encher, não são mulheres para cumprir cotas, são mulheres que foram eleitas, com competência, com capacidade própria, com direito próprio para estarem nos lugares. Felizmente, o Partido Socialista teve a capacidade de colocar, nas suas listas, pessoas com capacidade de intervenção, para executarem e para exercerem os lugares - não apenas para cumprir cotas, como infelizmente se faz nalguns sítios, algumas vezes e também já se fez aqui no passado. -----

Gostaria de destacar o trabalho que tem sido feito e que continua a ser feito. -----

Tivemos, há dias, a Senhora Ministra da Presidência, com a Senhora Secretária de Estado, a assinar um protocolo de cooperação com os três Municípios e com uma panóplia de Instituições, que vão desde a Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género; o Centro Distrital da Segurança Social; o Instituto de Emprego e Formação Profissional; a Direção de Serviços de Estabelecimentos Escolares; a Administração Regional do Centro; a Procuradoria da República; o Instituto Nacional de Medicina Legal; a Reinserção e Serviços Prisionais; as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens de Belmonte, Covilhã e Fundão; GNR; a PSP; a Universidade...

Bom, um conjunto de gente que diariamente, e já há muito tempo, trabalha este assunto, com grande capacidade, com grande autoridade e com resultados. Naturalmente, podemos sempre fazer melhor e é para isso que também aqui estamos. Eu acho que há disponibilidade total (pelo menos do Partido Socialista garantidamente, creio que também haverá das outras forças partidárias) para tudo aquilo que dependa, em termos institucionais, dos Órgãos Municipais que possamos fazer para combater este flagelo, para promover a igualdade do género, o faremos. Muito obrigado.” -----

INTERVENÇÕES

--- **O Senhor Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PSD)** felicitou a Mesa da Assembleia pela melhoria na condução dos trabalhos, na gestão do tempo e no envio dos documentos, sugerindo, no entanto, que os pontos da Ordens de Trabalho fossem mais explícitos e com mais documentação de apoio. -----

Referiu que o Executivo Municipal continuava “sem enviar os documentos administrativos das Reuniões de Câmara que os Partidos, que têm assento na Assembleia e não na Câmara, têm direito - como aliás, já há uma participação e uma resposta da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, que deu razão a outro Partido deste Município que nem sequer está aqui representado.” -----

Relativamente ao não envio das atas das reuniões anteriores, disse achar “que, não era benéfico voltarmos a votar uma série de atas, numa reunião posterior. Acho que as atas deveriam ser votadas nas reuniões subsequentes, para podermos ir acompanhando o trabalho ao longo do tempo e, também, fazermos um próprio *refresh* daquilo que fomos falando, dizendo e debatendo. -----

Senhor Presidente, muito foi aqui discutido, na última Assembleia, sobre a tiragem de fotografias no momento da votação. Da parte do PSD, não temos problema absolutamente nenhum com fotografias que sejam tiradas durante as votações. Não vemos problema nenhum. É a nossa posição. O que não gostamos e não gostámos de ver, como até já comentámos na Comissão de Revisão do Regimento, foi um jornal local publicitar, na capa e na página 4, uma fotografia tirada pelo fotógrafo que esteve aqui na última Assembleia e o Senhor Presidente da Assembleia garantiu-nos que não deu autorização para isto acontecer. Portanto, a Bancada do Partido Social Democrata gostava de saber quem deu autorização para que esta fotografia fosse divulgada. Todos temos o direito de saber como e porque é que isto aconteceu. Se não nos for explicado, também, corremos aqui o risco de perder a confiança no universo de Membros que compõem o Órgão.” -----

De seguida, produziu um Requerimento oral para que, a Bancada do PSD e todos os Membros da Assembleia, pudessem ter acesso ao Relatório de Observância do Direito de Oposição. -----
“Por último, Senhor Presidente, a Bancada do PSD entregou aqui, em junho do ano passado, um requerimento onde dávamos conta da violação do n.º 2, do artigo 42.º, da Lei 50/2012, que, por força do n.º 1, dispõe que a violação deste preceito implica a dissolução dos Corpos Sociais das Empresas Municipais do Município; que, por esta Lei, são obrigadas a prestar contas - os Relatórios de Contas e Financeiros - ao Órgão Deliberativo do Município que é a Assembleia Municipal. Enviámos este requerimento e entregámos há oito meses! -----
Por ausência de resposta, até dezembro, enviei um *email* ao Senhor Presidente da Assembleia que me respondeu, poucos dias depois, dando nota de um ofício que enviou em anexo, que submeteu ao Executivo Municipal onde pedia que o Executivo tomasse alguma medida ou considerasse para os devidos efeitos esse requerimento. Até hoje, esse requerimento foi enviado diretamente para o Chefe de Gabinete, segundo o ofício que nos fizeram chegar e não temos resposta, quando o artigo 86.º do Código do Procedimento Administrativo diz que o prazo máximo de resposta é de 10 dias, 10 dias, não são 8 meses. -----
Senhor Presidente, a Bancada do PSD vem aqui apenas informar que a Comissão Política de Secção do Partido, por constatar que já foram ultrapassadas todas as formas construtivas de obtermos acesso aos documentos que são desta Assembleia por direito, entregou hoje uma participação à Inspeção Geral de Finanças para tomar as diligências necessárias. -----
Muito obrigado.” -----

--- **O Senhor Dr. Francisco César Pinto de Almeida Lino (DNCCP)** iniciou dizendo: “O que me trás aqui hoje a esta Assembleia, no fundo, é uma Reflexão, uma Recomendação e um Alerta. -----
Vou começar exatamente por uma Reflexão, tem a ver uma questão que é identidade, oportunidade e é uma recomendação. -----

Identidade -----

Nos últimos anos a Cidade da Covilhã, tem observado um incremento da atividade turística. ----
A maioria dos turistas que escolhem visitar a região, não conhecem a ligação e a importância que a indústria dos Lanifícios teve e continua a ter, no tecido empresarial e social do Município. Promovi uma pequena sondagem e cheguei a uma conclusão, não é válida, mas enfim é uma conclusão. Nessa sondagem, com essas amostras, cerca de 70% dos turistas que visitam a Região e que vão à Serra, não reconhecem na Covilhã este ícone histórico que tem a ver com os Lanifícios e a que a Cidade deve tudo. -----

Oportunidade -----

A reflexão que propomos vai no sentido de este Executivo Municipal, nomeadamente a Senhora Vereadora da Cultura e o Senhor Presidente da Câmara tomarem nota, de encontrar uma solução de acesso adequado ao Museu de lanifícios, porque é um dos grandes ícones, exatamente desta questão dos lanifícios, onde a vida está bem representada. E também chegámos, enfim, acho que todos nós reconhecemos que o acesso pelo Biribau não é adequado.

Aliás, até é perigoso. -----

A conclusão a que chegamos é que, este acesso, não é um bom acesso. -----

A Cidade de Memórias -----

Por outro lado, faz sentido, em nossa opinião, uma abordagem técnica, uma visão de futuro, que permita uma extensão natural do Museu ao Parque da Degoldra, integrando este num espaço Criativo de Memórias. -----

O que propomos? -----

Que a Câmara Municipal estabeleça contacto com os proprietários dos terrenos; -----

Que inicie uma negociação com o objetivo de adquirir uma bolsa de terreno que permita a instalação de um parque de estacionamento, o que tornará tudo isto muito mais fácil; -----

Que permita a conceção e instalação de um passadiço sobre a Ribeira da Degoldra, dando acesso direto ao Museu; -----

E que finalmente, seja possível a integração do Parque da Degoldra, num espaço a céu aberto, evocativo aos lanifícios. -----

Esta reflexão fica à consideração. -----

Recomendação -----

Joaquim Alves de Carvalho, natural de Alcaria, viveu a maior parte da sua vida na Cidade da Covilhã, onde criou família (a conhecida Família Peixeiro), foi um grande Jornalista, que na altura escreveu no Século - diário Nacional; foi notável Presidente da Associação Comercial da Covilhã, durante longos anos. E o que me traz aqui é que ele foi o grande lutador pela ponte que liga, atualmente o Dominguiso a Alcaria. Eu gostaria que a Câmara Municipal pudesse considerar a possibilidade de atribuir o nome, àquela ponte, dessa personalidade. -----

Alerta -----

Todos nós estamos a acompanhar a questão da seca, ainda não é seca agrícola, nem hidrológica. Contudo, acho que a Câmara Municipal devia lançar aqui um alerta aos regantes do Concelho da Covilhã. As barragens do regadio da Covilhã, neste momento, têm uma capacidade de menos 40% da água e todos os agricultores que pensem fazer culturas de longa duração, este ano, devem ter isto em consideração, porque se não chover, provavelmente vamos ter regadio para dois meses e o que irá provocar um colapso na economia dos pequenos e médios agricultores. Muito obrigado!" -----

--- **O Senhor Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa)** felicitou a Câmara Municipal pelo trabalho realizado, pelo apoio concedido e pela negociação com a Segurança Social, que permitiram a concretização do Lar de Peraboa, obra de grande importância colocada ao serviço da Freguesia. "Portanto, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores muito obrigado pelo vosso apoio e continuem a ajudar as Freguesias do Concelho da Covilhã. Muito obrigado." -----

--- **A Senhora Prof. Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto (CDS-PP)** iniciou a sua intervenção dizendo: “Eu comecei a trabalhar na Beira Interior há cerca de 20 anos, o grosso dos doentes que eu vejo são pessoas de todas as classes sociais e de todas as classes etárias, mas predominantemente pessoas mais velhas, até porque o Concelho é um Concelho bastante envelhecido e há um grupo de gente que são mulheres com mais de 65 anos, viúvas, a quem uma das perguntas da praxe é: *então como é que se dava com o seu marido, como é que era a vida lá em casa?* A resposta, eu acho que isto serviria de epitáfio a muitos homens nesta terra, *era um bom marido, nunca me bateu!* Ao fim de ouvir isto cinco ou seis vezes eu acabei por perguntar um dia – *então, o que é que acontecia se tivesse batido? Ah, se tivesse batido era o direito dele, era meu marido.* Eu meti a viola no saco, como os Senhores imaginam, mas tive a noção do problema profundo em termos culturais com que estamos a debater-nos.” -----
Prosseguiu fazendo a seguinte intervenção que, a seguir, se dá por integralmente reproduzida:
Doc. 05) -----

“Em Portugal, a violência doméstica é considerada um problema social desde a década de 80, com os maus tratos a crianças sendo primeiramente denunciado por comunidades de médicos pediatras e a violência contra a mulher por Organizações Não Governamentais. -----

A primeira legislação especialmente voltada para o tratamento do problema da violência doméstica surgiu na década de 90. Inicialmente, a atenção pública centrou-se nestes dois grupos- mulheres e crianças- mas, nos últimos anos, a violência exercida sobre homens e sobre idosos passou a fazer parte das notícias diárias. -----

Maioritariamente, o perfil geral da vítima de violência doméstica é feminino, com uma idade média de 42 anos, fazendo parte de uma família com filhos, com alguma escolaridade e empregada. Os agentes destes crimes são os companheiros / cônjuges das mesmas e os familiares próximos. -----

As vítimas de violência doméstica não são alvo de um acto esporádico, sendo esta pelo contrário uma experiência *"de vitimação continuada, com uma duração média entre os dois e os seis anos"*, de acordo com a avaliação feita dos 36.528 processos acompanhados pela APAV entre 2003 e 2017. -----

O Instituto Nacional de Estatística refere desde 2014 um aumento progressivo do número de casos de violência doméstica reportados pelas autoridades policiais na Covilhã: 106 casas em 2014, 97 em 2015, 113 em 2016, 100 em 2017. Aliás, em 2017, conseguimos ser o concelho com mais casos reportados da região das Beiras e Serra da Estrela. De acordo com dados divulgados pela comunicação social, foram referidos 122 novos casos de violência doméstica em 2018. O

aumento progressivo assusta e todos temos a noção de que o que vemos é a ponta de um iceberg muito grande. -----

A educação das futuras gerações de covilhanenses é a única forma de modificar este cenário e importa realizar acções de esclarecimento e de prevenção junto das escolas, usando todos os processos educativos para acabar com este fartar vilanagem que nos envergonha. -----

O CDS PP apresenta um voto de pesar por todas as vítimas de violência doméstica do País e sobretudo do concelho e urge a Assembleia municipal e o município a envidar todos os esforços e todos os apoios possíveis para ajudar as vítimas, punir os agressores e prevenir nas gerações mais novas estes comportamentos aberrantes que não devem existir numa sociedade democrática e livre.” -----

--- Colocado à votação, o **Voto de Pesar por todas as vítimas de violência doméstica** foi aprovado por **unanimidade**. -----

--- **O Senhor Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (PCP)** apresentou uma Recomendação Comemorações do 25 de Abril com o seguinte teor e que, a seguir se dá por integralmente reproduzida: **(Doc. 06)** -----

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, -----
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----
Exmo(s). Senhores Vereadores, -----
Exma(s) Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, -----
Exma(s). Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----
Minhas Senhoras e meus Senhores, -----

Em 2019, o povo português comemora os 45 anos do 25 de Abril de 1974 - da Revolução de Abril. -----

Considerando que a Revolução de Abril, realização histórica do povo português, ato de emancipação social e nacional, constituiu um dos mais importantes acontecimentos da história de Portugal; -----

Considerando também que o heroico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido por um levantamento popular, transformou profundamente a realidade nacional e teve importantes repercussões internacionais; -----

Considerando ainda que a Revolução de Abril pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas políticas, económicas, sociais e culturais - que, alicerçadas na afirmação da soberania e independência nacionais, abriram a perspetiva de um novo período da história dos trabalhadores e do povo; -----

Considerando, por último, que os grandes valores da Revolução de Abril criaram profundas raízes na sociedade portuguesa e projetam-se como realidades, necessidades objetivas, experiências e aspirações no futuro democrático de Portugal; -----

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em 28 de Fevereiro de 2019, recomenda à Câmara Municipal: -----

1 - Que promova comemorações populares do 45.º Aniversário da Revolução de Abril em todo o concelho, envolvendo os agrupamentos políticos desta Assembleia, as Juntas de Freguesia, o movimento sindical, as coletividades e as populações; -----

2 - Que promova a constituição de uma comissão organizadora alargada e de uma comissão executiva assegurando as comemorações que tenham por base a divulgação e a necessidade de manutenção e defesa dos princípios e valores da Constituição da República.” -----

--- **A Senhora Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa (CDS-PP)** apresentou uma Recomendação que, a seguir, se dá por integralmente reproduzida: **(Doc. 07)** -----

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----
Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, -----
Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal, -----
Senhoras e Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia, -----
Senhores Vereadores, -----
Representantes dos Órgãos de comunicação social, -----
Senhoras e Senhores Munícipes -----

Tive oportunidade de assistir à apresentação de um estudo de diagnóstico prospetivo sobre a Região Centro do país, intitulado "Portugal no Centro", o qual foi realizado pela Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito da sua Iniciativa Cidades. O estudo de diagnóstico aplicado à Região Centro a que me refiro apresenta uma análise prospetiva e estratégica para esta região, tendo contado com a colaboração das Universidades de Coimbra, da Beira Interior e de Aveiro, e dos Institutos Politécnicos da Região. -----

Foi o terceiro e último volume de um conjunto de publicações, os dois primeiros focados nas macrorregiões "Noroeste Global" e "Arco Metropolitano de Lisboa", com as quais a Fundação Calouste Gulbenkian pretendeu contribuir para a reflexão sobre as recentes dinâmicas territoriais e urbanas ocorridas em Portugal, assente numa visão de território como realidade complexa e em permanente transformação. -----

A apresentação deste estudo incluiu uma abordagem relativa ao território, demografia/emprego e análise das redes de inovação económica do sistema urbano da Região Centro, com foco nas diferenças entre um litoral dinâmico e com uma estrutura de povoamento fragmentada e um interior rural de baixa densidade, demograficamente regressivo, em que "a estruturação do sistema urbano regional assenta num pequeno conjunto de cidades médias e pequenos centros urbanos que amarram e organizam o território." -----

Nesta abordagem, foi apresentada a variação absoluta da população residente, por freguesia, de 1991 a 2001 e de 2001 a 2011. Nada de novo: todos sabemos que houve um decréscimo na população do interior, que existem duas importantes e extensas áreas, uma no Noroeste e outra em torno de Lisboa que registaram intensos processos de suburbanização e de crescimento populacional, sendo atualmente as principais concentrações demográficas do país; sabemos também que o Algarve, com menos potencial demográfico, cresceu demograficamente na última década; sabemos que há pequenas "ilhas" urbanas, mais ou menos visíveis, que evidenciam processos de crescimento populacional em torno de algumas aglomerações urbanas do país; Por último, sabemos, também que um vasto território do continente, no qual se insere o concelho da Covilhã, tem registado processos de despovoamento e apresenta baixas densidades populacionais. -----

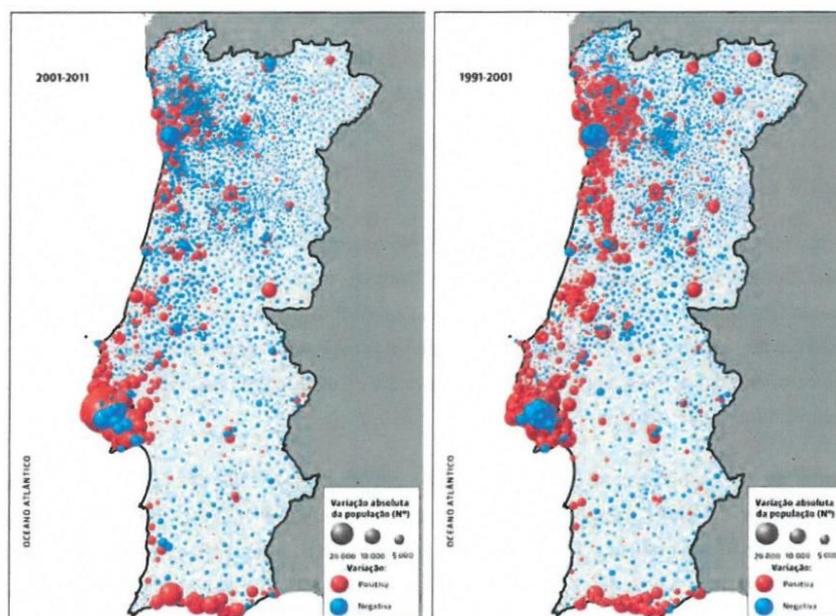


FIGURA 21
Variação absoluta da população residente, por freguesia (1991 a 2011)

O que não consta na publicação a que me refiro, mas que foi apresentado no lançamento do livro, foi uma projeção a vinte anos, feita pelo Doutor José Félix Ribeiro, da Fundação Calouste Gulbenkian e pela Prof^a Doutora Teresa Sá Marques, da Universidade do Porto, que mostra um país quase todo a verde (cor que revela reduzida densidade populacional), com exceção das regiões do Porto e Lisboa (nem a zona de Setúbal é poupada à redução populacional). -----

Terá então fundamento aquela frase do João da Ega, n'Os Maias, em que dizia "Lisboa é Portugal (...) Fora de Lisboa não há nada. O país esta todo entre a Arcada e S. Bento!..." -----

E o problema é que nem São Bento parece poder valer-nos. Na edição do Público do passado dia 3 de fevereiro, saiu uma crónica de António Barreto (homem eminentemente de esquerda, como sabem) com o título "O interior e os seus mitos", no qual, tal como o nome indica, procura desfazer alguns mitos acerca do interior, mas em que aponta, sobretudo, entre as causas de declínio do "interior", o empobrecimento institucional das regiões e a destruição deliberada de serviços públicos. Diz ele: -----

O Estado, furtivamente, caso a caso, tem vindo a despovoar largas zonas do país. Muitas vezes com a colaboração, o silêncio ou a impotência das autarquias. É este desmantelamento que é condenável. O Estado não faz avaliação de conjunto. Os partidos também não. Estes apenas se preocupam, de vez em quando, com a regionalização, na convicção, de uns, de que essa é receita de salvação, e de outros, que essa é uma solução diabólica." (...) São as duas políticas contraditórias. (...) Por um lado, o Estado não cessa de inventar ajudas e apoios: impostos, taxas, favores, subsídios, investimentos, autoestradas, subsídios à interioridade e à insularidade, apoio aos preços da energia, da água e dos telefones, é um nunca mais acabar de benesses. Por outro lado, liquidam-se empregos, empresas, tribunais, serviços administrativos, serviços públicos, escolas, maternidades, freguesias, correios, agências bancárias, regimentos, esquadras de polícia e da guarda, serviços e guardas florestais, guarda-rios e serviços veterinários.

E termina: *Não será mais verdade que, onde não há instituições, onde não há correios, onde não há empresas, onde não há serviços, onde não há escolas, não há pessoas?* -----

Por tudo isto, o CDS-PP apresenta a seguinte recomendação aos órgãos autárquicos-executivo e assembleia municipal: -----

- que se promova o levantamento dos grandes desafios que se apresentam ao nosso Concelho, se estimule a respetiva discussão pública, e se estabeleçam estratégias de adaptação por antecipação, bem como uma gestão adequada da transição para modelos de desenvolvimento sustentáveis, assentes nas dinâmicas institucionais e socioeconómicas locais

e também nacionais, para que a Covilhã não seja, daqui a vinte anos, apenas um ponto verde no mapa e um fantasma do passado. -----

Muito obrigada.” -----

--- O Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** apresentou um Voto de Congratulação e Louvor à UBIEXECUTIVE com o seguinte teor: -----

“Numa cidade, como a Covilhã, com vários agentes sociais, empresariais, culturais e académicos, é importante estar atentos às suas dinâmicas, reconhecer o contributo de cada um deles e apoiar e enaltecer publicamente as suas iniciativas. -----

“UBIEXECUTIVE” é uma dessas excelentes iniciativas da UBI, e que a nosso ver, deveria merecer a atenção e o envolvimento inquestionável desta câmara, porquanto tal iniciativa junta mundo empresarial e académico com claro objetivo de promover a formação julgada necessária e, conseqüentemente, desenvolvimento económico e académico da região. -----

Nas pessoas do Magnífico Reitor, Prof. António Fidaldo, da diretora do UBIEXECUTIVE, prof. Zélia Sarrasqueiro e, especialmente, do seu Diretor Executivo, Prof. Jorge Rodrigues, cujo empenho e labor é por demais conhecido, deve este Município expressar a sua satisfação e louvar o trabalho e iniciativa realizados, propondo que seja aprovado um voto de congratulação pela abertura de tão importante valência que no dizer do Magnífico Reitor da UBI no ato da inauguração oficial, e passo a citar “uma nova marca que venha a fazer parte da sua história”, fim de citação, à qual auguramos o mais auspicioso futuro, disponibilizando-se o Município a colaborar ativamente na concretização e prossecução de tão relevante projeto.” -----

--- Colocado o **Voto de Congratulação e Louvor** à votação, foi o mesmo **aprovado por unanimidade.** -----

--- O Senhor **Prof. Bernardino Gata Silva (DNCCP)** começou por dizer que “o assunto principal deste Período de Antes da Ordem do Dia foi, naturalmente, a violência contra as Mulheres, sobretudo a violência doméstica. Desde já direi que votaremos favoravelmente as Moções, venham de onde vierem, independentemente por quem foram apresentadas. Votaremos favoravelmente. É uma questão civilizacional. -----

Mas, também *a contrario sensu*, venho aqui fazer um elogio: um elogio a dois Ministros deste Governo (vou esquecer que até agora, sobre este assunto, nada disse a Senhora Ministra da Justiça, se calhar nada tem a dizer, como também nada disse o Ministro da Administração Interna, se calhar também não tem nada a dizer). Quero aqui referir duas intervenções Ministeriais, deste Governo. Refiro-me por ordem cronológica à posição, embora não com este

assunto, sensata, simultaneamente prudente, democrática do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, em relação ao assunto da Venezuela, que merece a reprovação de todos nós, com exceção do Partido Comunista, mas isso é natural; E, também, à posição da Senhora Ministra Mariana Vieira da Silva que teve a lucidez, como praticamente primeiro ato conhecido, de declarar o dia 7 de março o dia de luto em relação à violência doméstica. -----

Acho que não evitará a avassaladora contagem das vítimas de violência doméstica, mas serve para dar o alerta civilizacional e educacional, em relação a este assunto. -----

Ao declarar este dia, a Senhora Ministra dá um sinal de que a sociedade não pode ficar indiferente. Não pode ficar a olhar para as nuvens e para a espuma dos dias, mas tem que ter a consciência de que esta é uma marca que já vai sendo colada a Portugal, a nível Europeu, e que não deve ser colada. E, portanto, eu regozijo-me por esta posição da Senhora Ministra. ----- Disse.” -----

--- **O Senhor Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes (PSD)** apresentou uma Moção sobre a Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género que, a seguir, se dá por integralmente reproduzida: **(Doc. 08)**-----

“O bem jurídico protegido no crime de violência doméstica, autonomizado do crime de maus tratos a que alude o art.152-A, do Código Penal, continua a ser plural, complexo, abrangendo a integridade corporal, saúde física e psíquica e a dignidade da pessoa humana. Ora, quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos no contexto de relação conjugal ou análoga e, mesmo após cessar essa relação, como nas restantes circunstâncias previstas art.º 152º do Código Penal, incorre no crime de violência doméstica. -----

Esta perspectiva acompanha instrumentos internacionais, vinculativos para o Estado Português, destacando-se, em especial, a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres e a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e à Violência Doméstica (Convenção de Istambul). -----

Porém, apesar das existentes Estratégias Nacionais de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, doze pessoas morreram vítimas deste crime, desde o dia 1 de janeiro de 2019. Destes números resultam onze mulheres, entre elas uma bebé de 2 anos, e um homem, todos atacados até à morte por familiares, companheiros ou ex-companheiros. -----

O último Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), publicado em Março de 2018, mostra que em 2017 foram registadas pelas forças de segurança 26.713 participações por violência doméstica. -----

Segundo o Observatório das Mulheres Assassinadas, "503 mulheres foram mortas em contexto de violências doméstica ou de género entre 2004 e o final de 2018." -----

A este flagelo nacional, acresce o preocupante número de violência no namoro. Segundo um estudo, nacional, realizado pela União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) e pela secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, 58% dos jovens referem indicadores de violência no namoro. No que aos diferentes tipos de legitimação diz respeito, o relatório é claro, o controlo é legitimado por (27%) dos jovens, seguido da perseguição (24%), da violência sexual (24%), da violência através das redes sociais (23%), violência psicológica (16%) e, finalmente, a violência física (9%). Através da comparação com os dados do Estudo Nacional sobre a Violência no Namoro de 2018, podemos constatar, ainda, que aumentou para o dobro, a vitimação em praticamente todas as formas de violência. -----

Ora, este aumento de vitimação no namoro, acrescido do galopante número de vítimas de violência doméstica, incluindo nos idosos, obriga-nos a concluir, que o trabalho realizado neste âmbito está aquém das necessidades reais. -----

O Grupo Municipal do PSD considera indispensável e urgente que a Câmara Municipal da Covilhã entenda como prioridade a Prevenção e Combate à Violência de Género e Doméstica. -----

Com efeito, se logrará melhorar o combate e a prevenção destes crimes, com o objetivo de erradicação da violência e promoção dos Direitos Humanos. -----

Assim, pelos argumentos expostos, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária no dia 28 de fevereiro, de 2019, delibera que o Executivo da Câmara Municipal da Covilhã: -----

1. Deverá divulgar as atividades pela comunidade realizadas no âmbito do Plano Intermunicipal de Igualdade de Género, começando pelos legítimos representantes eleitos nesta Assembleia Municipal. -----
2. Felicite a Coolabora pela excelência do trabalho produzido, mas salientando que o Município da Covilhã deve ter um papel mais interventivo no apoio ao gabinete de apoio à vítima. -----
3. Promova e/ou desenvolva regularmente campanhas ou programas de sensibilização, em cooperação com as instituições de direitos humanos, as organizações da sociedade civil e as organizações não-governamentais, para aumentar a consciencialização para a problemática da violência doméstica. -----
4. Intensifique os apoios às vítimas de violência doméstica, na área da habitação, com especial enfoque nas que se encontram nas respostas de acolhimento de emergência e

casas de abrigo. -----

- 4.1. Estude a hipótese de a Câmara Municipal ter, algumas, casas disponíveis para as vítimas deste crime, inclusivamente, alocando algumas casas recuperadas no espaço do Programa de Desenvolvimento Urbano. -----
5. Intervenha junto das pessoas agressoras, para prevenir a reincidência e a promoção da responsabilidade do comportamento violento. -----
6. Promova e/ou desenvolva campanhas de combate à violência no namoro, direcionadas aos jovens. -----
7. Potencie a formação das/dos funcionários da autarquia sobre este tipo de crimes. Assume especial importância, no caso da violência doméstica, em virtude da denúncia ser obrigatória para os funcionários públicos, nos termos do art. 242.º, n.º 1, alínea b), do Código de Processo Penal. -----
8. Intensifique a informação e divulgação sobre a Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, para o efeito deve: -----
 - 8.1. Criar uma página autónoma ou no site da Câmara específica para os temas relacionados com a violência doméstica e de género, futuras iniciativas e outras informações relevantes; -----
 - 8.2. Promover uma ampla divulgação de informação sobre as iniciativas realizadas pela autarquia ou por outras entidades, que visem prevenir e combater a violência de género e a violência doméstica. -----
 - 8.3. Utilizar os instrumentos de comunicação da Câmara para divulgar os contactos das entidades de primeira linha e associações, que preconizam a ajuda das vítimas destes crimes. -----
9. Elabore e remeta aos deputados municipais, para conhecimento, um relatório anual de execução das iniciativas promovidas e realizadas pela Câmara Municipal da Covilhã no âmbito da Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género.

Os eleitos do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã.” -----

--- Relativamente à Moção, foi dada a palavra ao **Senhor Dr. José Paulo Pina Simão (PS)** que referiu que a mesma iria merecer a sua abstenção na votação por achar que a situação das vítimas de violência doméstica não se iria resolver com a atribuição de casas e que, pelo contrário, só iria beneficiar o infrator. -----

O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a **Moção sobre a Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género**, tendo sido **aprovada, por maioria, com a abstenção do Senhor Dr. José Paulo Pina Simão (PS) e os votos a favor dos restantes membros municipais.** -

Foram apresentadas as seguintes **Declarações de Voto:** -----

- **Eng. Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Em nome da bancada do Partido Socialista, excepcionando o Senhor Deputado Pina Simão que fará a sua própria Declaração de Voto, quero justificar o voto favorável da bancada do Partido Socialista a esta Moção sobretudo na sequência daquilo que foi a intervenção inicial que eu tinha feito no Período do Antes da Ordem do Dia, no momento da intervenção das bancadas, dizendo também que, no fundo, aquilo que está aqui vertido na Moção do PSD eu diria que já hoje acontece na prática. Praticamente todos os pontos e as sugestões que aqui colocam, já hoje acontecem e já hoje a Câmara Municipal, por exemplo, promove e divulga as atividades pela comunidade, realizadas no âmbito do Plano Intermunicipal. Pode melhorar, naturalmente. Já hoje felicitámos a Coolabora pelo trabalho que desenvolve, mas podemos felicitar novamente. Já hoje promovemos o desenvolvimento regular de campanhas e programas de sensibilização, mas podemos melhorar. Portanto, todos os pontos que o PSD foca nesta Moção já hoje existem, mas entendemos, com toda a humildade, que podemos sempre melhorar. Reconhecendo aquilo que tem sido o trabalho por parte do Executivo, nós votámos favoravelmente esta Moção porque queremos realçar, destacar e sublinhar a importância que este assunto nos merece e a seriedade que ele tem.” -----

- **Dr. Vítor Manuel Reis Silva (PCP):** “Nós votámos favoravelmente, como é evidente, contra a violência doméstica e de género, mas consideramos que a resolução deste problema, por si só, não resolve o problema das mulheres, no seu geral, como referi na minha intervenção inicial. A resolução dos problemas das mulheres, onde a violência doméstica é um resultado da condição de vida da própria mulher, terá de ser mais profunda (condições de trabalho, formação e também educação ao nível das escolas na criação de um nível de respeito pelos outros, independentemente do género). É um dos itens em que comungamos com as preocupações existentes na sociedade.” -----

- **Dr. José Paulo Pina Simão (PS):** “Relativamente a esta problemática da violência doméstica, acredito que poucas pessoas aqui terão tanto conhecimento da questão como eu, por força do exercício da atividade profissional. Por isso e por ter muito respeito pelas mulheres e por ter muita preocupação com este crime, eu votei esta Moção no sentido da abstenção. Porquê? Porque nós temos de ter muito cuidado e muita sensibilidade relativamente a esta questão. Esta questão é uma questão cultural. Não se resolve do “pé para a mão”, nem de hoje para amanhã. Resolve-se nas escolas. É preciso haver uma resposta imediata, por um lado, da sociedade a este crime. O que não se pode fazer é beneficiar o infrator. Nós não podemos legitimar de alguma maneira os atos do infrator. Quando nós estamos a permitir ou admitir que a vítima deva ou tenha que sair da casa de morada da família mais os filhos para irem para uma casa-abrigo, estamos de alguma forma a legitimar a atividade do agressor. Porque quem fica na casa de morada da família é o agressor e o agressor dirá “olha que bom, agora foram-se embora e eu é que fico aqui dono disto tudo!” Isto é absolutamente perigoso e não resposta adequada a este tipo de crime. A resposta é: há uma evidência de crime de violência doméstica, quem tem que

sofrer as consequências é o agressor. Daí que eu tenha votado neste sentido para não votar contra porque concordo com algumas partes que estão aqui escritas; não concordo com esta em particular porque me parece ser especialmente grave a legitimação que está aqui subjacente nestas possibilidades.” -----

--- **O Senhor Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS)** prescindiu do seu tempo. -----

--- **O Senhor Dr. José Paulo Pina Simão (PS)** fez uma intervenção com o seguinte teor: -----

“Passaram já dois meses deste ano de 2019. -----
O que dizer da vida autárquica nestes dois meses que passaram? -----
Podia falar do que vai na cabeça e nas preocupações da nossa oposição. Podia, mas não vou. --
Efetivamente, podia entreter-me a caçar bruxas ou a lutar contra efémeros moinhos quixotescos. Podia, mas não vou. -----
Podia também divagar sobre as suspensões no novel partido santanista. -----
Podia, mas não vou. -----
Podia ir por aí, pois é por aí que alguns vão. Mas não vou. -----
Antes quero falar de coisas sérias e importantes para o nosso concelho. -----
Desde logo, lembro-me do estrondoso sucesso da festa de fim de ano na Covilhã, com milhares de pessoas no nosso Pelourinho. -----
Mas também ficámos agora a saber que a Câmara Municipal da Covilhã conseguiu, de certa maneira, renegociar o contrato que existia com a PT, possibilitando o encaixe de vários milhares de euros nos cofres da Câmara. -----
Podia inclusivamente falar da instalação de três balcões do cidadão em freguesias do nosso concelho. -----
Contudo, quero, especialmente, falar do que se vai chamando TURISMO 4.0. Saberão, com certeza, o que é o TURISMO 4.0. -----
O programa TURISMO 4.0. insere-se na nova economia, a economia 4.0, também chamada a 4.ª revolução industrial. Falamos da economia do digital, da nanotecnologia, dos tecidos técnicos personalizados, da biotecnologia, da resposta personalizada aos problemas de saúde, da internet. -----
E o TURISMO 4.0. é o turismo da era digital que integra a oferta de produtos turísticos enquadrados pela inteligência emocional e pela realidade virtual e aumentada pela internet das coisas, que permite a integração do mundo físico com as plataformas digitais. -----
Numa palavra, procura personalizar as experiências que o turismo permite, avançando, decididamente, para além da experiência passiva proporcionada ao turista. -----
Uma das ferramentas-âncora desta nova realidade no setor do turismo é o CENTRO DE

INOVAÇÃO DO TURISMO que, em boa hora, o governo do país decidiu instalar na Covilhã após um profícuo trabalho de preparação e negociação liderado pelo atual Presidente da Câmara. -- O CENTRO DE INOVAÇÃO DO TURISMO é um aglutinador (HUB) de inovação em turismo de vocação nacional e internacional que porá a Covilhã na vanguarda da oferta turística, colocando a nossa Cidade, de forma definitiva, no caminho da economia 4.0., sempre com a parceria da nossa universidade. O Centro de Inovação do Turismo não é uma sala, como alguns vêm dizendo. É a vanguarda da atividade turística. -----
Tudo isto é gerir estrategicamente. Tudo isto é gerir para o futuro. Tudo isto é gerir para as pessoas. -----
O resto é mera espuma dos dias arrastados de quem ocupa o seu tempo a olhar para trás. -----
Obrigado.” -----

--- **O Senhor Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP)** fez a seguinte intervenção que, a seguir, se dá por integralmente reproduzida: **(Doc. 09)** -----

- “Atrair turistas, satisfazer e se possível ultrapassar as suas expectativas é, dizemos nós, um desafio que tem sido lançado e nunca vencido pelos sucessivos autarcas que têm ocupado as cadeiras do executivo camarário das edilidades com autoridade no maciço central da Serra da Estrela. -----
- A cada ano a situação repete-se. Sempre que a neve vem abaixo da cota dos 1000 metros as estradas ficam interrompidas e o acesso à torre bloqueado. -----
- A necessidade de um acesso alternativo à torre não condicionado pelos nevões é, queiramos ou não, a única e melhor situação alternativa. -----
- Também, para nós, indiferente a poderes ocultos ou a interesses económicos dispares, e já aqui o deixámos claro, não há dúvidas sobre a melhor localização para a construção desse acesso. -----
- Neste contexto, a questão que lhe deixo, Senhor Presidente da Câmara, e que repetidamente tenho trazido a esta Assembleia e para a qual nunca obtivemos resposta, é saber do ponto da situação relativamente à construção do teleférico entre Unhais da Serra e a Torre. -----
- Por outro lado, qualquer cidadão minimamente atento, dá conta das dezenas de carros que, já hoje, transitam entre a Nave de S. António e Unhais da Serra, particularmente aos fins-de-semana, utilizando a estrada que continua por arranjar, junto ao canal, numa extensão 1918 metros. -----
- Assim a segunda questão que lhe deixo: para quando o asfaltamento da estrada entre Cortes do Meio e o Sanatório e para quando a reparação e conclusão da estrada entre Unhais da Serra e a Nave de Santo António.” -----

--- **O Senhor Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** referiu que iria debruçar-se sobre o tema do “Pavilhão Municipal do Paul que, por ler em vários locais da apreciação deste assunto na Câmara

Municipal e por viver diretamente com o problema porque é um local onde eu trabalho, dizer que a Câmara Municipal da Covilhã assinou um protocolo com o Ministério da Educação para uma obra com um caderno de encargos de 180 mil euros. Previa uma comparticipação de 50% do Ministério da Educação, sendo lógico que os restantes 50% eram encargos da Câmara Municipal. -----

A Obra iniciou-se em dezembro de 2017 com um prazo de 4 meses. Estamos em fevereiro de 2019 e a obra não está concluída. Já lá vão 10 meses para além do prazo. -----

O que fazer? O que falta fazer? Requalificar a iluminação do espaço de jogo; requalificar canalizações sanitárias; requalificar caixilharias internas; requalificar o piso degradado e rasgado com as placas de cobertura que, por acidente, nele caíram; requalificar o sistema de aquecimento, balneários, corredores e de água quente. Só temos água fria! Falta a limpeza final da obra, concluindo-se que, até este momento, a Câmara Municipal não executou o caderno de encargos previsto. -----

A Câmara Municipal não investiu nesta obra os 180 mil euros previstos. É o próprio Senhor Presidente da Câmara que o afirma nas reuniões do Executivo. -----

A obra nunca foi visitada por qualquer membro da Câmara Municipal e, desta forma, não investiu 90 mil euros naquela obra e não cumpre o protocolo assinado, nem o caderno de encargos. -----

O Executivo tem orçamentos para intervenções minimalistas (resolver os problemas necessários para o funcionamento adequado daquela estrutura), mas nem defere ou autoriza a despesa. – A escola está a utilizar o pavilhão. Foi a escola que efetuou a limpeza dos balneários, do piso. À espera da Câmara ainda hoje trabalhávamos com os alunos na rua! -----

Senhor Presidente, é exigível, é imperioso e é urgente que conclua, o mais rápido possível, as obras no pavilhão porque a situação é insustentável para a escola e coletividades que pretendam utilizar aquela infraestrutura desportiva. -----

Tudo isto, como entendem, deixa-me a mim pessoalmente, a minha bancada, os professores da escola, os alunos e encarregados de educação indignados e preocupados. -----

É evidente que esta situação não dá qualquer prestígio à Câmara e só demonstra a incapacidade, a incompetência e inoperacionalidade da Câmara Municipal que, ilegalmente ou imoralmente, não cumpre com um protocolo que assinou com o Ministério da Educação, em colocar lá 50% da verba prevista, querendo limitar-se a investir a verba dos 50% que o Ministério da Educação eventualmente se comprometeu a pagar. -----

É evidente que, em vez de uma infraestrutura que nos dá dignidade (único pavilhão municipal que temos no Concelho em que a Câmara é o dono da infraestrutura, que necessitava do investimento dos 180 mil euros, podendo a Câmara ficar com uma infraestrutura que a escola utiliza e que a comunidade poderá e deverá utilizar), o que temos hoje é, de facto, uma desgraça e não nos dignifica a nós, não dignifica a Câmara, nem me dignifica a mim que sou eleito na Assembleia Municipal e trabalho diariamente naquelas condições. -----

É evidente que, com o frio, os alunos têm dificuldade em mudar de roupa. Não tomam banho

porque não têm água quente e é, de facto, uma situação insustentável e que eu solicito à Câmara a intervenção urgente na resolução destes problemas. -----
Disse.” -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente a informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, que faz parte integrante da presente ata, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. --

--- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou quem pretendia inscrever-se, tendo concedida a palavra aos seguintes membros municipais: -----

--- **Dr.º João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** que, relativamente à informação escrita, afirmou que “comprova-se aquilo que eu disse: nada muda nesta Câmara Municipal, nomeadamente a informação escrita que continua a não cumprir a lei nos aspetos básicos e essenciais exigidos por lei, nomeadamente a questão da informação dos processos judiciais que, desde há 6 anos, ando a referir que deve constar na informação escrita. O Senhor Presidente aceita as informações que são enviadas e não questiona, nem faz cumprir a Lei. Acho que é a altura de começar a dizer ao Senhor Presidente da Câmara para cumprir a Lei pelo menos.” ----
Prosseguiu falando sobre “a informação que vem, relativamente à atribuição das habitações sociais. Desde há um ano a esta parte, o Vereador do CDS-PP na Câmara Municipal da Covilhã tem questionado e solicitado à Câmara Municipal que dê cumprimento à Lei Cristas da habitação social de 2014, onde define que o valor mínimo de renda é um 1/100 do rendimento mínimo. A Câmara Municipal insiste em atribuir casas municipais com uma renda mínima de 50 euros com base num despacho do anterior Presidente de Câmara Carlos Pinto. -----
Passado um ano e depois de várias vezes ter estado esta situação nas reuniões de Câmara, sempre o assunto está a ser estudado, sempre foi pedido parecer, sempre se há de fazer alguma coisa, e o certo e a verdade é que as pessoas continuam a pagar mais do que aquilo que devem, estão a ser penalizadas por algo que não têm culpa e estão a ser penalizadas por uma atuação ilegal da Câmara Municipal da Covilhã. -----

Em face da inação da Câmara Municipal da Covilhã, não vale a pena fazermos recomendações e moções. Já percebemos que a Câmara não muda. E não muda a não ser que a obriguem a mudar. Portanto, aquilo que faço, neste momento, é pedir ao Senhor Presidente da Câmara que explique por que razão é que isto ainda está assim. Insto a todos os beneficiários da habitação social do Concelho da Covilhã a dirigirem-se aos serviços camarários e pedirem o cálculo de renda efetivo e legal que devem pagar, solicitando que seja de imediato aplicado à sua situação

e, caso se verifique que a Câmara anda a cobrar indevidamente, desde 2014, um valor acima do que a lei dispõe, que exijam a devolução desse valor. É altura de a Câmara começar a cumprir o que diz a Lei.” -----

--- **Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (PCP)** referiu que “a bancada do PCP, face às notícias da intenção por parte da Câmara de incluir, na nova concessão dos transportes urbanos da Covilhã, as valências, equipamentos, elevadores e ascensores, está a promover um inquérito à população da Covilhã que foi, nas últimas duas semanas, distribuído pelas mais diversas associações e coletividades da Covilhã. Deu perto de 100 respostas. Uma pergunta era se concordava com o pagamento da utilização dos elevadores. Como nós ouvimos e nos preocupamos com a opinião da população, e mais informo que são resultados preliminares porque este inquérito ainda continua, passo a dar a informação à Câmara de que 80,90% da população que preencheu o inquérito não concorda com o pagamento dos ascensores. Estamos a falar de um valor bastante grande e que mostra uma clara tendência para essa intenção que a Câmara tem, já amplamente divulgada e até questionada aqui. A desculpa é sempre o custo da manutenção, mas tudo tem custos de manutenção. Conheço ascensores que têm mais de cem anos e nunca param e não têm custos, por exemplo, de eletricidade, que funcionam por gravidade. Por acaso na Covilhã também dava para fazer. Deixo a opinião da população relativamente a uma intenção da Câmara.” -----

--- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** disse ter lido com atenção a informação escrita enviada, procurando informações e registar o valor de 19 mil euros da despesa com a iluminação no período de Natal, os 19 mil euros com a despesa do almoço dos idosos ou do cartão social municipal e os 7 mil euros para o desfile carnavalesco. -----

Voltou a questionar, relativamente aos sanitários públicos, o que tinha sido feito e se a placa indicativa de sanitários, no Largo de S. João de Malta, já tinha sido retirada. -----

Proseguiu perguntando “o que pretende fazer às constantes queixas de residentes quanto ao funcionamento dos estabelecimentos noturnos e à limpeza nas zonas de maior concentração noturna? Se vai alterar o horário; se vai promover uma melhor e eficaz fiscalização; se vai executar as coimas resultantes da ação policial; se vai reforçar a limpeza, varreção e recolha de lixo à noite e, em especial aos fins-de-semana. -----

Quanto à rede viária, questioná-lo quando pensa mandar executar a limpeza de valetas e taludes nas estradas municipais, nomeadamente na Estrada Municipal Paul – Ourondo – Casegas e a limpeza das faixas de combustível na prevenção contra incêndios. -----

Questionar quando é que está a pensar fazer o mesmo trabalho na estrada de S. Jorge da Beira – Sobral de S. Miguel, via Pereiro: está prevista alguma limpeza e se prevê alguma manutenção do piso porque há zonas onde o piso começa já a estar degradado e a dificultar o trânsito de viaturas.” -----

Terminou interrogando “para quando, porque penso que se encontra no Plano de Atividades da Câmara, o lançamento da obra e a conclusão da estrada S. Jorge da Beira, via Casegas – Porsim, que iria facilitar a mobilidade das pessoas que por ali transitam e, depois, a questão da requalificação do Pavilhão Municipal situado no Paul.” -----

--- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** iniciou saudando “a Câmara Municipal por se ter associado e ser parceira dos recentes projetos aprovados no Programa Escolhas, em que são entidades gestoras a Coolabora com o projeto “Quero Ser +” e a Beira Serra com o projeto “Trajetos”, tendo esta última obtido o primeiro lugar na Região Centro, no sentido que esses projetos trazem mais valias para o território e é importante que a Câmara também assuma esse lugar naquilo que são os projetos que lhes são apresentados. -----

Saudar a criação de mais uma carreira de transportes públicos para a Quinta Branca (a meio da tarde e em dias úteis), assunto que nós já aqui colocámos, sendo certos que é possível que seja insuficiente, mas de qualquer forma nós iremos questionar os moradores sobre esta matéria e daremos nota à Câmara Municipal sobre a sua ou não satisfação relativamente a este assunto, mas, de qualquer forma, foi já um passo no sentido do problema que tinha sido colocado. -----

Saudamos a limpeza que foi efetuada na Estrada Nacional 18, estando também a Junta de Freguesia a efetuar a limpeza da ribeira e a reabertura de caminhos públicos na zona envolvente, mas, também por iniciativa dos moradores, que há muito reclamavam sobre esta questão, fizeram chegar à Junta de Freguesia esta informação de que foi muito importante esta limpeza que foi efetuada.” -----

Relativamente a alterações de trânsito e no que dizia respeito àquela feita no limite da Freguesia da Boidobra, no acesso da Nacional 18 à rotunda do Hospital, “passo lá todos os dias, já toda a gente sabia como se havia de movimentar, e essa alteração veio significar que, hoje de manhã, à entrada para o Hospital dei prioridade ao carro que vinha a descer e o carro pensava que tinha de dar prioridade e ficou à espera; e, quando vinha para baixo, pelo mesmo portão, aconteceu exatamente a mesma coisa. Isto significa que, às vezes, não vale a pena alterar aquilo que mais ou menos funciona para além que pode entupir a rotunda. Estas alterações ao trânsito aparecem e são aprovadas na reunião de Câmara e nós temos aprovada, desde dezembro de 2015, o ordenamento do trânsito na Rua Centro Paroquial e nada acontece. Não existe nenhuma passadeira naquela via, desde o cruzamento emissora até às escolas e é importante que a Câmara Municipal execute aquilo que está aprovado ou nos deixem fazer uma experimentação de uma passadeira 3D naquela rua. -----

Outra questão, relativamente ao trânsito: foi discutido, há pouco tempo, na Assembleia Municipal, o limite de velocidade no cruzamento Eixo TCT, mas uma das questões que nos preocupa e que era preciso pensar é o estudo das alternativas para solução da sinistralidade no

cruzamento do TCT com a Estrada Municipal 507 e perguntava ao Senhor Presidente para quando esse estudo?” -----

--- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PSD)** começou por cumprimentar o Senhor Provedor do Município e continuou dizendo que, partilhando de algumas preocupações apresentadas pelo Membro Municipal do CDS – Dr.º João José de Jesus Lopes Bernardo – questionou o seguinte: -----

- “Tendo em conta a informação escrita e não vindo documento anexo da reunião de Câmara, como obriga o Estatuto do Direito da Oposição já solicitado, por que razão prorrogou a Câmara Municipal o prazo de entrega das propostas para o concurso público das obras de requalificação do agrupamento de escola Frei Heitor Pinto?; -----
- Tendo a Câmara da Covilhã, de acordo com o documento anexo, 36 milhões e 400 mil euros de dívida, o que corresponde a 140%, gostaríamos de questionar quais serão as diligências tomadas para reduzir este Passivo; -----
- Apresentar, além do requerimento oral que apresentei no período do Antes da Ordem do Dia, outro requerimento, nos termos do nosso Regimento da Assembleia Municipal: por que razão não vem nesta informação escrita, por exemplo, o mapa de pessoal que foi entregue aos Senhores Vereadores na reunião de Câmara na passada sexta-feira? Eu penso que todos os Senhores Deputados Municipais aqui gostariam de poder analisar e escrutinar o trabalho público executado pelo nosso Município e, neste sentido, apresentar um requerimento com vista a que a Câmara nos possa facultar esse mapa de pessoal.” -----

Relembrou que, “há quase 4 anos, apresentei aqui nesta mesma sala, em Plenário do Conselho Municipal da Juventude, uma Moção que foi aprovada por unanimidade (por todos os membros dirigentes, associativos, juvenis, partidários, escutistas, estudantis, etc.) que, entre outras coisas, requeria à Câmara que não cobrasse taxas ou pagamentos pela utilização dos elevadores e funiculares da Covilhã. Essa Moção tinha como base um inquérito, cujos resultados foram divulgados, e o próprio inquérito, tendo em conta os critérios mínimos da análise estatística, era estatisticamente relevante e representativo, pelo menos da população jovem do nosso concelho. Esse inquérito dizia, à semelhança do que o colega do PCP disse sobre o seu inquérito (80.9%), que era mais ou menos 85% dos inquiridos que pediam para não serem cobrados taxas para a utilização dos elevadores e funiculares. Atendendo nós e todos sabemos bem os custos que são comportados para a manutenção, o Senhor Presidente da Câmara, há uns anos, falava em cerca de 500 mil euros/ano para a manutenção destas infraestruturas. Temos noção de que é um custo elevado, no entanto, é essencial não só procurar uma manutenção efetiva, mas também a regularidade do funcionamento. Por exemplo, o elevador da Goldra é o mais utilizado pelos jovens estudantes deslocados que vêm estudar para a Covilhã, que não têm mobilidade, não têm carro próprio, precisam daquele elevador para se deslocarem para irem estudar, para irem às compras e levarem as compras para casa e não subirem a calçada alta carregados. É

extremamente essencial, para estas gerações, que se mantenha, pelo menos esse e o funicular de Santo André, de forma gratuita. Este é o apelo que deixo à Câmara Municipal à parte dos dois requerimentos já apresentados.” -----

--- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio)** cumprimentou todos os presentes e iniciou dizendo “há cerca de meio ano, foi aprovado a colocação de duas passadeiras na E.M. 513 na freguesia do Peso”. Continuou transmitindo que a Junta de Freguesia solicitou, junto dos serviços camarários, informações sobre o andamento da situação. Informou que a Junta de Freguesia tinha, na sua posse, sinais de trânsito necessários para o efeito, porém carecia de tinta. Sendo um local onde se desloca muitas pessoas, até porque se situa um estabelecimento comercial, e dado ter havido alguns acidentes, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que colocasse prioridade na pintura das referidas passadeiras. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros Municipais, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões levantadas. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** cumprimentou todos os presentes e iniciou dizendo que “é sempre um prazer estar na Assembleia Municipal a interagir, prestando contas, ouvindo críticas e sugestões (umas mais acertadas, outras menos acertadas; umas mais justas, outras menos justas).” -----

Referiu ter tomado notas sobre os vários assuntos abordados e, sobre a violência doméstica e de igualdade de género, disse ser uma questão muito preocupante. Continuou dizendo que “Portugal sempre esteve na ponta do progresso na defesa de questões civilizacionais da maior importância e estou a falar, a título de exemplo, da abolição da pena de morte ou da abolição da escravatura. O nosso Código Penal é um dos mais avançados do Mundo, contrariamente ao que muitas pessoas possam pensar. Naturalmente terá ainda insuficiências. Tem sido uma matéria que tem sido transversal a todos os Governos. Por coincidência e julgo por mera coincidência abstrata porque há contextos nacionais e internacionais que o propiciam, têm sido Governos liderados pelo Partido Socialista (mera constatação de factos) que têm dado um grande impulso a estas matérias. Aliás, no tempo do Primeiro Ministro Eng.º António Guterres, criou-se o Ministério para a Igualdade. Isto para dizer que não damos, nem aceitamos lições neste domínio. Estamos todos em pé de igualdade porque esta é uma questão transversal que a todos nos deve unir e mobilizar. Na Câmara Municipal, desde 2016, incrementámos e impulsionámos políticas pragmáticas no sentido de implementarmos a rede intermunicipal e municipal, os gabinetes, as campanhas e iniciativas tendentes a erradicar definitivamente da nossa sociedade aquilo que muito nos envergonha e que penaliza. É uma questão de Saúde que

tem a ver com a integridade física das mulheres designadamente, mas também tem a ver com uma questão de direitos do homem porque estamos a falar do direito elementar que é o direito à igualdade e ao não uso de violência na regulação daquilo que são os desentendimentos entre as pessoas, sejam elas de que natureza forem e extensível ao relacionamento entre nações. Aplaudo, sublinho e acompanho todas as iniciativas que aqui ou noutros fóruns forem apresentadas no sentido de, na prática, combater esse grande flagelo. Independentemente de terem vindo tarde estas políticas, a nossa sociedade tem dado passos significativos no sentido de que essas situações fossem combatidas e tivessem sido minoradas. Saudar as Senhoras e Senhores Deputados dos agrupamentos políticos por aqui terem trazido essa temática e de terem aprovado e votado da forma como o fizeram. A Câmara Municipal está a fazer o seu trabalho com os meios de que dispõe, designadamente com a Coolabora e outras associações, com os Municípios de Belmonte e Fundão, com a Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade. Todos estamos a trabalhar no sentido de minorar e erradicar este flagelo.” -----

Relativamente à questão levantada pelo Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Peso e Vales do Rio, informou que iriam procurar resolver o problema. -----

“Relativamente à Escola Frei Heitor Pinto, dar nota que a circunstância que relatou tem a ver com um pedido de esclarecimentos que já foram prestados e já estamos, nesta altura, na fase de apresentação de propostas. Está a ter o normal curso dentro daquilo é previsto e é condicionado pelas leis e regulamentos da República. Limitámo-nos a cumprir a Lei. -----

Relativamente à temática do pagamento dos funiculares e dos elevadores, todos nós gostamos de utilizar as coisas e não ter que as pagar. Não tenho dúvidas em dizer-lhe que devem ser 100 porque ninguém quer pagar. É humano, óbvio, natural e lógico, mas as coisas custam dinheiro e nós não podemos aqui conseguir fazer a quadratura do círculo neste domínio no sentido de reduzirmos a receita e do aumento da despesa. As duas coisas são absolutamente inconciliáveis no momento em que nós vivemos. Acredito que 99,9% das pessoas digam que não querem pagar. O problema está nos custos que estão associados à utilização dos elevadores. Percorremos o País e o Mundo e o que vemos é que a utilização destas infraestruturas é paga. Não estou a dizer com isto que é isso que vai exatamente acontecer, mas estamos a tentar também, a benefício dos Covilhanenses no sentido de lhes aliviar os “bolsos”, aquando da concessão, fazer com que as implicações financeiras da utilização sejam do concessionário e não dos Covilhanenses. Estamos a equacionar essa possibilidade. Não estamos aqui para penalizar. É sempre mais popular e mais agradável dizer às pessoas: “aqui ninguém paga nada. Venha toda a gente, é tudo de borla, é tudo grátis”. E até dá mais votos quando chegar a altura das eleições! Isso é populismo e o nosso caminho não é esse. O nosso caminho é o da responsabilidade e o do equilíbrio. Quando chegámos à Câmara tínhamos 298% de endividamento e eu pergunto às Senhoras e Senhores Deputados, designadamente àqueles que são mais contundentes, mais atentos, mais corrosivos e mais críticos, se sabem qual é o nosso posicionamento em termos da dívida neste momento. Estamos em menos de metade. Estamos em 140%. Isto significou aquilo que os Senhores têm testemunhado que é um trabalho esforçado, denodado e empenhado no

sentido de resolver os problemas, mas, ao mesmo tempo, com contenção na despesa. Era sempre mais fácil enveredarmos por grandes despesas e, aliás, até foram dados aqui exemplos que militam a nosso favor (exemplo referido pelo Senhor Deputado Vítor Reis Silva: custo de iluminação). Houve municípios bem perto que gastaram 200 mil euros e tiveram menos gente do que nós que gastámos 20 e tal mil euros. Isso é que é arte! -----

Agradecer ao Senhor Francisco Lino o facto de ter trazido a questão do acesso ao Museu, que o trouxe de uma forma séria, correta e urbana, ainda que de forma crítica, mas é sempre crítica construtiva, que é o de sugerir uma solução para os acessos ao Museu. Acompanhámo-lo nas preocupações e na constatação que é difícil aceder ao Museu. A nossa orografia é uma realidade incontornável. É uma riqueza, uma vantagem, mas também é uma desvantagem para outros efeitos. Fazer obras na Covilhã é muito complicado porque implica rebentar com granito, mexer com muita matéria e com muitas dificuldades e, desde logo, são de natureza orográficas. Senhor Deputado Francisco Lino garanto-lhe que 4 milhões de euros (custo aproximadamente equivalente à Ponte da Carpinteira) eram necessários para atingir esse desígnio. No futuro, quem sabe, se existirem fundos comunitários, nós os aproveitemos nesse mesmo sentido. -----

A Senhora Deputada Graça Castelo Branco, trouxe-nos aqui também um problema importante. Saúdo a forma como sobre ele discorreu que tem a ver com a nossa interioridade e o que o futuro nos aguarda. É uma tarefa para todos nós. É uma tarefa de quem esteve, de quem está, dos que estão e dos que hão de vir. Temos todos, no mínimo, consciencializar o que queremos para o futuro. Quero, ainda antes do Verão, e está alguém muito competente neste domínio já indigitado para liderar um grupo de trabalho que vai produzir trabalho no sentido de pensarmos o Concelho da Covilhã, não a 4 ou a 5 anos, mas a 20/30 anos. As Senhoras e Senhores Deputados, todas as forças políticas, todos os cidadãos, intervenientes, coletividades e agregações são bem-vindos com os seus contributos e achegas e terão oportunidade, nesse fórum que será público, dar o seu contributo escrito ou oral.” -----

Falou sobre a apresentação de um estudo do Prof.º Anselmo Castro, Professor da Universidade de Aveiro que faz projeções demográficas, aquando preparação da Cimeira Luso-Espanhola. Disse ser um estudo “bem sustentado em que, daqui por 40 anos, em todo o Interior do País existem dois núcleos: a Cova da Beira e Viseu. Não quero que isso aconteça. A projeção é-nos favorável, mas temos é de trabalhar para que ela se confirme. É uma tarefa de todos nós. -----

Pavilhão Municipal do Paul: contrariamente ao referido, o protocolo celebrado com o Ministério da Educação não previa um apoio de 50%, mas sim um apoio de 90 mil euros. Não é verdade que houvesse um caderno de encargos que obrigasse o Município a fazer um conjunto fixo de trabalhos. O trabalho principal a realizar era a substituição da cobertura que era em fibrocimento e esse trabalho já está realizado com mais alguns complementares. É verdade que o Ministério da Educação ficou de nos financiar com mais 50%. Ficou de financiar em 100% e não em 50%. Aguardamos que, na hora do domínio da descentralização, no que respeita à Educação, nós tenhamos a possibilidade de ver o resto da obra realizada. Lamentamos que os alunos que praticam Educação Física não possam ter água quente. Sei que é uma situação

intermitente e não permanente. É uma questão antiga e não queremos que ela seja intermitente, nem que seja permanente relativamente ao frio. Queremos que seja permanente no quente. É aquilo que desejamos para a escola e vamos trabalhar para que este problema seja erradicado.” -----

Relembrou que a limpeza das bermas e valetas “é uma tarefa que compete às juntas de freguesia. É algo que temos contratualizado e consensualizado. Que não se imputem responsabilidades a quem as não tem. Estou solidário com as juntas que têm dificuldades e, para aquelas que não conseguirem, tentaremos debelar esse mesmo problema. -----

No que diz respeito às faixas de proteção, a Câmara está cá para cumprir as suas obrigações em cumprimento da Lei, mas também, sobretudo, porque é uma questão de defender o património e a integridade física dos nossos concidadãos. Já temos historial de tragédias em Portugal que baste. -----

Dar a nota de que nos candidatámos com a Universidade da Beira Interior ao Programa Operacional de Competitividade e Internacionalização, designado por “Covilana”, e tem a ver com o portal digital dos lanifícios da Covilhã. Na prática, o que estamos a falar é de uma parceria das duas entidades de direito público em que a Câmara é copromotora, o promotor principal é a Universidade. Estamos aqui na proporção de responsabilidades de 50% numa candidatura de 1 milhão de euros e destina-se à execução de um portal digital que permite aceder, através de um ponto único, de forma livre e gratuita, a conteúdos de carácter científico, cultural, designadamente a sistemas de informação eletrónicos de arquivo (museus, bibliotecas, património industrial e agro-pastoril). O projeto previa a aquisição de *software*, um sistema de informação arquivística e museográfica. Tem um servidor, aquisição de equipamentos informáticos, *scanners*, planetário, *pc's*, aquisição de serviços a terceiros no sentido de facilitar a vida às instituições, às empresas e aos nossos concidadãos a benefício do nosso desenvolvimento e da divulgação do nosso território, do nosso Concelho e da nossa região. Sempre que temos a oportunidade não a desperdiçamos. -----

Quando falamos em progresso da nossa região, falamos exatamente em instituições, em centros, em infraestruturas que são absolutamente essenciais para nós. Muita gente tem querido apoucar e diminuir a importância e o impacto do Centro de Inovação do Turismo porque as pessoas estão habituadas a ver grandes edifícios e, para algumas pessoas, isso é que são infraestruturas de desenvolvimento. É verdade que muitas das atividades precisam efetivamente de grandes edifícios e de grandes máquinas, mas um Centro de Inovação do Turismo, felizmente, não precisa de uma coisa tão grande. É um organismo nacional que poderia ter ficado localizado em Lisboa, Coimbra, Braga ou noutro sítio do Litoral, mas não. Ficou na Covilhã. É um centro que irá trabalhar a nível internacional e não só nacional. A “salinha” vai servir para nós anteciparmos o futuro. Este organismo visa manter Portugal na ponta do progresso antecipando o futuro e já está com concretizações. Para além dos parceiros que já integram este consórcio e este centro, já estão três empresas sinalizadas (uma irlandesa, uma israelita e outra alemã) que vão ser colocadas, logo que estejam a funcionar as instalações, e

virão para aqui trabalhar”; -----
No que dizia respeito à polémica do Conselho Municipal de Segurança e para concluir a sua intervenção, referiu que “cabe ao Presidente da Câmara apenas desencadear este processo. No anterior mandato, faltou a esta Assembleia produzir um regulamento. Não é culpa da Câmara Municipal. É preciso produzir um regulamento e tem de ser produzido aqui. Não imputem à Câmara responsabilidades nesse domínio.” -----

--- **Dr.º Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** pediu a palavra para dizer que o Regimento da Assembleia Municipal confere ao Senhor Presidente da Câmara 15 minutos para apresentar este ponto. “Acho que nós devíamos fazer exatamente isso. O Senhor Presidente da Câmara apresentava a informação nos 15 minutos iniciais e depois dávamos alguma dinâmica a este ponto no sentido das perguntas que são colocadas pelos Deputados Municipais poderem ser respondidas. Era uma oportunidade para a Câmara Municipal. Eu fiz duas questões muito concretas que não foram respondidas! Se a gente quer falar do Centro de Turismo, porque ele pode ter um lugar de destaque, eventualmente põe-se um ponto na Ordem de Trabalhos para se apresentar o Centro de Turismo. Devíamos agilizar esta parte que era: pergunta/resposta. Estivemos aqui uma parte substancial de 35 minutos a ouvir uma coisa que não está na Ordem de Trabalhos.” -----

--- O **Senhor Presidente da Assembleia** referiu que o Regimento estava a ser alterado pelo que podia propor essa sugestão ao seu grupo parlamentar. -----

2.2 – CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DOS CIDADÃOS DO CONCELHO DA COVILHÃ

--- Na sequência da solicitação da Câmara Municipal, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na Lei n.º 33/98, de 18 de julho, alterada pela Lei n.º 106/2015, de 25 de agosto, conjugado com a alínea i), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 843 de 2019.02.11. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** lembrou que, na última sessão da Assembleia Municipal, o CDS-PP tinha trazido o assunto “porque sabia que não tinha sido constituído”, tendo-se perdido 3 meses. Referiu que a Moção, apresentada nessa Sessão, propunha a criação

de uma Comissão, a ser constituída por um representante de cada Grupo Municipal, para no prazo de 30 dias elaborar o Regulamento provisório, previsto no artigo 6.º da Lei n.º 33/98, de 18 de julho, e propor um número de cidadãos, no máximo 20, de reconhecida idoneidade. “Aquilo que está em cima da mesa é a mesma Moção que foi apresentada em dezembro, com 3 meses de atraso. Não posso deixar de dizer uma coisa, porque fiz parte da última Assembleia Municipal, o que o Senhor Presidente disse foi uma falsidade. Aquilo que foi feito foi: o Senhor Presidente da Assembleia entendeu criar uma comissão que nem sequer foi votada, que nem sequer não foi criada nos termos da Lei e do Regimento e que nunca funcionou porque não podia funcionar. Eu, para aquilo que fui convocado, no último mandato, estive presente. Nunca fui convocado para o Conselho Municipal de Segurança.” -----

- **Dr. José Paulo Pina Simão (PS)** referiu que “o Conselho Municipal de Segurança é um organismo importante. Precisar que ele está criado por Lei. O que é preciso é instalá-lo. Houve esta deliberação, em 2015, para a constituição de uma comissão eventual para a elaboração de um regimento do Conselho. Todos nós devemos fazer, nesta circunstância, *mea culpa*. Por mim faço porque quero fazer política de elevada qualidade em prol do cidadão”. -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PSD)** sugeriu a constituição de uma Comissão para elaborar o Regulamento no prazo de 30 dias e “não perder mais tempo”. -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** referiu que se “devem convocar os elementos e avançar com o trabalho para a elaboração do Regulamento provisório, definido na Lei”. -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)** assumiu a sua responsabilidade, relativamente ao assunto, na qualidade de líder da bancada do Partido Socialista no anterior mandato. Prosseguiu dizendo que “a Câmara Municipal, no anterior mandato, de acordo com a lei, propôs a esta Assembleia que definisse o regimento para funcionamento desta Comissão e que indicasse os nomes que fazem parte desta Comissão. Todos nós aceitámos essa Comissão e, por nossa culpa, isto não funcionou. O mandato de 2013/2017 terminou e, com ele, a vigência da Comissão que foi votada em 2015. Aquilo que estamos hoje a fazer é deliberar, determinar, pronunciar-nos sobre uma proposta, que foi votada na reunião da Câmara Municipal da Covilhã de 8 de fevereiro deste mandato, para criarmos condições para a constituição deste Conselho, para definir o regimento de funcionamento do mesmo e as pessoas.” Afirmou que, tendo o Partido Socialista a maioria na Assembleia Municipal, a intenção do PS nunca foi de apresentar um regulamento já redigido e com “um conjunto de nomes exclusivamente indicados pelo Partido Socialista” por entenderem que deveria ser “uma decisão abrangente” por não ser um “órgão partidário”, mas sim para “servir o cidadão. O que vimos aqui propor é que haja uma comissão, constituída por um elemento de cada bancada da Assembleia Municipal, que tenha como missão, até à próxima Assembleia de abril, a produção de um regimento de funcionamento

deste Conselho e a consensualização, entre si, dos nomes” de cidadãos de reconhecida idoneidade para integrarem o Conselho Municipal de Segurança.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**, relativamente àquilo que foi dito, referiu que “o Senhor Presidente, na última reunião de Câmara, agenda algo que, depois, é obrigado a retirar porque, afinal de contas, percebeu que não é da competência dele. A Comissão de há 4 anos atrás nem sequer foi votada nesta Assembleia. Não consta da ata que tenha sido votada e, sem ser votada, não se pode constituir uma comissão. O que estamos a discutir agora é de dezembro do ano passado. Foi aqui trazido este assunto pelo CDS-PP como uma proposta séria, baseada, justificada e fundamentada na Lei e a resposta que se obteve do Senhor Presidente da Câmara foi: “o Senhor pensa que já descobriu a pólvora?!” -----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à **Senhora Dra. Graça Isabel Pires Henry Robbins, Directora do Departamento de Administração Geral**, para esclarecer sobre o assunto em apreciação, tendo esta informado que, no anterior mandato, tinha sido desencadeado o processo, porém faltou à Assembleia Municipal produzir um Regulamento. A proposta agora apresentada visava dar início ao procedimento de elaboração e aprovação do Regulamento de funcionamento do Conselho Municipal de Segurança que está constituído por Lei, “mas à qual a Assembleia terá, nos termos do Regulamento, fixar as pessoas idóneas e o representante das Juntas de Freguesia. Para que esse Regulamento seja elaborado tem que ser constituída uma Comissão. O número dos membros dessa Comissão é fixado pela Assembleia, mas a constituição das comissões, de acordo com o Regimento desta Assembleia, não tem de ser votada (art.ºs 45.º e 47.º).” Esclareceu ainda que, “de acordo com o art.º 8.º da Lei, compete ao Senhor Presidente da Câmara Municipal assegurar a instalação do Conselho. É esta a competência do Presidente da Câmara neste processo.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes**, agradecendo o esclarecimento feito, recomendou que, para as próximas sessões da Assembleia Municipal, a “Ordem de Trabalhos fosse mais transparente” no sentido de os membros Municipais perceberem o que tinham de aprovar. -----

--- O **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** propôs, para integrarem a Comissão, os Líderes de Bancada e dois Presidentes de Junta e que o Regulamento fosse apresentado na próxima Sessão. -----

--- O **Senhor Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** propôs, para agilização do processo, os nomes dos seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: o Senhor Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho) e o Senhor Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio). -----

--- Colocada a **proposta de constituição de uma Comissão, para elaborar o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos do Concelho da Covilhã**, à votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

Foi apresentada a seguinte **Declaração de Voto**: -----

- **Senhor Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: “É com manifesto pesar que, apesar das propostas apresentadas por várias bancadas, o Senhor Presidente não permitiu a votação da mesma. -----

No entanto, entendeu o Presidente da Mesa depois de ouvir os Técnicos e o Presidente da Câmara apresentando uma proposta da Mesa que, em suma reproduz a proposta apresentada pelo CDS-PP, sem que fosse permitida qualquer alteração ao texto, numa posição manifesta de encobrimento da triste intervenção do Presidente da Câmara nesta matéria, ao querer arrogar-se poderes que não tem nesta matéria. -----

A atuação do Presidente da Mesa da Assembleia viola o direito de apresentar e ver votadas as propostas e moções pelos Membros desta Assembleia. -----

Ainda assim, e porque é evidente a necessidade da criação e entrada em funcionamento do Conselho Municipal de Segurança, entende-se votar favoravelmente a constituição da comissão dado que, em suma, reproduz a proposta inicialmente apresentada pelo CDS-PP.” -----

2.3 - DECLARAÇÕES AO ABRIGO DAS ALÍNEAS A) E B), DO N.º 1, DO ARTIGO 15.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, ALTERADA PELAS LEIS N.ºS 20/2012, DE 14 DE MAIO, 64/2012, DE 20 DE DEZEMBRO, 66-B/2012, DE 31 DE DEZEMBRO E 22/2015, DE 17 DE MARÇO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 25 de janeiro de 2019, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido através do ofício com a referência S-CMC/2019/612 de 2019.01.28 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- **A Assembleia Municipal tomou conhecimento das declarações emitidas pelo Senhor Presidente, ao abrigo da alínea a) e b), do n.º 1, do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de**

fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e 22/2015, de 17 de março. -----

2.4 - CELEBRAÇÃO DO CONTRATO PARA PLANEAMENTO - REVISÃO DO PLANO DE PORMENOR DAS PENHAS DA SAÚDE – ZONA SUL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 22 de fevereiro de 2019, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido através do ofício com a referência S-CMC/2019/1161 de 2019.02.22 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Tendo solicitado o uso da palavra e tendo-lhe sido concedida, o **Senhor Doutor António João dos Reis Rodrigues** fez a seguinte intervenção que, a seguir, se dá por integralmente reproduzida: **(Doc. 10)** -----

“Pedido de esclarecimento/informação (Turistrela) -----

Da análise da informação constante na documentação enviada verificamos que um procedimento administrativo para a revisão do plano de pormenor da Zona Sul das Penhas da Saúde se iniciou em 15-07-2011. -----

Que em 19-07-2018 ou seja 7 anos e alguns dias volvidos o mesmo procedimento administrativo (regularização do loteamento promovido pela Turistrela nas Penhas da saúde) volta, por iniciativa da CMC, a conhecer desenvolvimento no sentido de regularizar algumas construções que, aquando da construção, não respeitaram, integralmente, os requisitos pela lei. -----

Solicitamos dois esclarecimentos, caso esteja disponível para os dar: -----

1.º O que determinou que só passados mais de sete anos este processo administrativo volte a conhecer desenvolvimento; -----

2.º O que determinou e continua a determinar que só uma parte das Penhas da Saúde tenha entrado em processo de regularização. Durante sete anos o procedimento não podia ter sido repensado e equacionar também a regularização das outras situações de incumprimento existentes nas Penhas da Saúde e no Covão da Mulher, Freguesia de Unhais da Serra?” -----

--- Por serem questões técnicas, foi solicitado que o Senhor Eng.º Jorge Galhardo de Matos Vieira – Diretor do Departamento de Obras e Planeamento esclarecesse as mesmas. -----

--- O Senhor Eng.^o **Jorge Galhardo de Matos Vieira – Diretor do Departamento de Obras e Planeamento** iniciou dizendo que estavam “perante a revisão de um Plano que existe. Ele só vigora na área territorial que lhe corresponde pelo que não pode estender-se para além dessa área. Este procedimento cinge-se a essa área territorial.” -----

Relativamente à questão do tempo, fez um breve historial do procedimento, referindo que tinha sido necessária a requalificação dos solos e o Plano de Pormenor para enquadramento do licenciamento das construções em questão, sendo a única interessada a Turiestrela. Esta foi “parceira do Município, desde a elaboração do Plano de Pormenor até à fase em que ele fosse publicado e entrasse em vigor. Depois dessa data, passou-se à fase de licenciamento e construção de construções. O promotor continua a ser a Turiestrela. A questão das construções não seguiu o que estava licenciado e a obrigação de as corrigir era do promotor. Há dois instrumentos que se sobrepõe: o Alvará de Loteamento e o Plano de Pormenor. As edificações têm de cumprir o Alvará de Loteamento e o Alvará de Loteamento tem de cumprir o Plano de Pormenor. Porque a Câmara tem obrigação de criar as condições necessárias a que sejam regularizadas as situações, temos novamente uma Revisão do Plano de Pormenor. Temos um contrato de planeamento porque estes processos têm encargos financeiros associados (pagamento da atualização da cartografia, da homologação da própria cartografia e de outros tipos de despesas). Até à data, a Câmara tem suportado integralmente as despesas e não as fez refletir naquele que está sempre na origem dos processos de revisão. Face à evolução da legislação dos instrumentos de ordenamento, apareceu uma figura que é o contrato de planeamento. Permite trazer para o processo os particulares que são os principais interessados, no sentido de participarem nos encargos que o município tem de fazer com todo o processo. Quem contrai as despesas não é o particular, é o município. O particular apenas participa nas despesas que o município vai suportar. O Município continua a ser a única entidade que gere este processo. O particular não está aqui como parte do desenvolvimento das peças processuais que não de contribuir para a Revisão do Plano.” Concluiu sintetizando os passos procedimentais até chegar ao conhecimento da Assembleia Municipal. -----

--- Após os esclarecimentos dados, o **Senhor Doutor António João dos Reis Rodrigues** deixou uma Recomendação que, a seguir, se dá por integralmente reproduzida: **(Doc. 11)** -----
“Tendo em conta o percurso feito, relativamente à regularização do Loteamento da Turistrela, nas Penhas da Saúde. -----

Recomendamos ao Executivo que inicie idêntico ou semelhante procedimento administrativo tendente a regularizar as restantes situações existentes nas Penhas da Saúde e no Covão da Mulher, Freguesia de Unhais da Serra.” -----

--- **A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Celebração do Contrato para Planeamento – Revisão do Plano de Pormenor das Penhas da Saúde – Zona Sul.** -----

2.5 - ISENÇÕES FISCAIS – PORTUGAL TELECOM DATA CENTER, SA

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 22 de fevereiro de 2019, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto no n.º 3, do artigo 16.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2018 de 16 de agosto, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 1166 de 2019.02.22 e seus anexos. ---

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio)**, depois de cumprimentar todos os presentes, referiu que iria votar a favor. Deixou ainda um “desafio ou sugestão ao Executivo Camarário: o n.º 2, do artigo 16.º, prevê que a Assembleia Municipal se possa pronunciar sobre uma proposta da Câmara Municipal para aprovação de um Regulamento que contenha critérios e condições de reconhecimento de isenções. Vinha propor, à semelhança do que se fez no Regulamento do Associativismo, poder também criar-se um regulamento de estímulo à economia local, com especial enfoque às freguesias mais rurais, que possa prever isenção ou redução de IMI, isenção ou redução de taxas e, porque não, rendas mais baixas nos edifícios camarários e, nas escolas inativas das freguesias, permitir a instalação de novas empresas, ou incubadoras de empresas, que venham apoiar aquilo que possa gerar mais valor no Concelho e, também, de alguma forma cativar o emprego”; -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PSD)** começou por referir: “O mesmo Partido que, na Oposição, tanto criticou este contrato, é o mesmo que agora, no Executivo, vem aqui renovar as isenções. É a Democracia, faz bem. Nós em Democracia também aprendemos, também amadurecemos. ----- Sobre o que diz os documentos que nos enviaram, a Câmara renova O IMI por mais 5 anos, mas não renovou a Derrama, portanto pressupõe-se, por omissão, que a Derrama se mantém por mais 35 anos isenta. -----

Qual é o impacto financeiro para o Município da perda da receita destas isenções feitas anteriormente? Questionamos se foi feito algum estudo e, se sim, se pode ser distribuído pelos Membros da Assembleia Municipal? Porque, por um lado, isentamos a PT e, por outro, pagamos por um edifício, para o Centro do Turismo, que era da própria PT. É lamentável não existirem isenções subjetivas para todas as empresas do Concelho na mesma situação. Temos entidades

com dificuldades financeiras sem qualquer benefício fiscal devidamente regulamentado e, para salvaguardar o princípio da igualdade, creio que deveríamos fazer isso mesmo. -----

O RFALEI, neste caso, não foi cumprido. A Câmara e a Assembleia Municipal podem aqui incorrer num incumprimento com o RFALEI porque, é verdade que o n.º 9 do artigo 16.º confere à Câmara Municipal os poderes para reconhecer o direito à isenção a qualquer entidade, mas só no cumprimento do n.º 2 do mesmo artigo, ou seja, para a Câmara renovar as isenções que foram feitas anteriormente à luz da Lei que agora já foi alterada, esta alteração obriga à Câmara tenha um regulamento específico para atribuição de isenções ou benefícios fiscais subjetivos ou objetivos. Não podemos vir aqui votar a renovação destas isenções sem cumprir o preceito legal que é a existência de um regulamento para atribuição de isenções objetivas e subjetivas. -----

O que deveríamos estar aqui a deliberar não era se queremos ou não renovar isenções, mas deliberar a criação e aprovação de um regulamento municipal para o efeito e, depois disso, com base nos critérios do regulamento, aprovar ou não a isenção à Portugal Telecom Data Center. Não existindo este regulamento, nós não estamos em cumprimento com os fundamentos legais. Não foi trazida, e que era obrigatória, a fundamentação para a renovação das isenções. -----

O n.º 1 do art.º 16.º e o n.º 25 do art.º 18.º do RFALEI obriga, também, à aplicação dos auxílios de *minimis*, ou seja, o montante máximo que uma empresa única pode receber do Município, durante três anos consecutivos, são benefícios fiscais no valor máximo de 200 mil euros. Não conheço os valores e questionava se isto acontece neste caso.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** iniciou a sua intervenção dizendo: “Não posso deixar de referir que, efetivamente, é preocupante aquilo que este documento revela. Revela uma total inação por parte da Câmara. É estranho que, em 2019, estejamos a votar uma isenção que diz respeito já a 2018. Aquilo que estamos a falar e vou citar a comunicação da beneficiária desta isenção diz que, e é o último paragrafo: *“Assim, e uma vez que a revalidação dessas isenções já estava solicitada desde 2018 ficamos a aguardar que essa Câmara Municipal as despache favoravelmente com efeitos a 2018 para podermos dar seguimento junto da Autoridade Tributária.”* -----

Estamos a falar, neste caso, de isenção de IMI e estamos a falar de uma isenção com efeitos retroativos. Apesar de sabermos que o IMI que vai ser pago este ano diz respeito a 2018. Mas, o certo e verdade é que estamos a discutir é que foi pedida em 2018 e a Câmara demora a responder a esta situação. -----

Não posso deixar de questionar e de referir que, porque ouvi aqui isto várias vezes, ouvi aqui ataques cerrados ao Data Center e ao não cumprimento, por parte da Portugal Telecom Data Center, do contrato em causa, e, neste momento que, afinal de contas, a Câmara tinha algum poder negocial para dizer: “não! Os Senhores ficaram de construir os 3 cubos e, afinal, só construíram um”, se calhar, as isenções também deviam ser proporcionais. E, afinal de contas, não. Vemos aqui, de facto, que o Presidente se entrega e faz, exatamente, aquilo que o Senhor sempre fez, que é ser forte com os fracos e fraco com os fortes. -----

Portanto, aquilo que estamos aqui a discutir, efetivamente, é uma incompetência da Câmara, uma inação da Câmara.

E, questiono, em face daquilo que aqui foi dito, se não seria este o momento ideal para exigir (daquilo que eu ouvi aqui nos últimos anos, do Senhor Presidente da Câmara dizer que era inadmissível estas isenções; eram inadmissíveis estas isenções fiscais à Portugal Telecom), se não era este o momento de pedir contas à PT e dizer: “se os Senhores não fizeram tudo, também não têm direito a ter todas as isenções, legais ou não legais” e se não seria esse o caminho certo.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP):** “Nós vamos votar contra esta renovação da isenção. Se repararem nos documentos que foram distribuídos, nós, na época, fomos os únicos a votar contra as isenções a esta Empresa, quer seja a Derrama, quer sejam as licenças de construção, quer seja o IMI. E, se reparem, quem votou favoravelmente foi o PS, o PSD e o CDS e votaram favoravelmente à alinação do terreno e à extinção do Aeródromo. Esta proposta de renovação traz-nos essas recordações e pelo menos também nos trás os documentos onde isso se confirma. -----

É que bastas vezes acusamos que só o PSD, com Carlos Pinto, é que deu cabo do aeródromo, prejudicou a aeronáutica, a Universidade, prejudicou a Cidade. Não. Foram corresponsáveis o PS e o CDS e foram corresponsáveis também nas isenções, porque as aprovaram. -----

Nós iremos votar contra em coerência com aquilo que votámos na época. Há uma intervenção que eu fiz, na época, em que os documentos nunca chegaram a horas; nunca foram entregues; chegavam aos bochechos, um de cada vez. -----

A promessa dos 1400 postos de trabalho não está escrita em lado nenhum, esse compromisso por parte da Empresa. E, aquilo que sabemos é aquilo que temos hoje, em vez de quatro cubos temos um; em vez do aeródromo temos o cubo; em vez de 1400 postos de trabalho temos 300, segundo a informação que é dada. -----

Quando todos nós concluímos, hoje, e já na altura se concluía, que existiam outros locais, outros espaços onde era possível construir e fazer aquele investimento. E, na altura, dissemos: como é que é possível uma empresa que, em 2009 tinha à volta de 500 milhões de lucro e que apresentava no ano seguinte 600 milhões, vinha à Covilhã aproveitar as isenções. Aliás, o Senhor Presidente da Câmara já aqui referiu nas intervenções, quando nós dizemos é preciso dinheiro para obra diz: “oh pá não há dinheiro, não há dinheiro para obra!” -----

Estamos aqui, outra vez, a beneficiar um grande grupo económico, mas, entretanto, vamos pedir aos Covilhanenses que paguem uns *centimozinhos* nos elevadores ou nos ascensores. Ou seja, penalizamos a População e andamos a beneficiar grupos económicos. -----

Já agora, Senhor Presidente, eu não sei se aquela condecoração da Cidade dada a um gestor da PT, na época, se eventualmente vier a ser condenado nos processos que tem, se não seria de a Covilhã refletir e decidir retirar-lhe tal condecoração, porque ele foi condecorado pelos bons serviços prestados à Cidade, no âmbito deste negócio. Ora, parece que o negócio e a PT não

correm bem e a gente ter gente condecorada que não tem prestígio, também não trás prestígio à Cidade. -----

Recordar aqui um pouco a história deste processo. Responsabilizar quem deve responsabilizado. Chamar a atenção que existe, neste processo, o grande centrão, que foi o PS, PSD e CDS, alinharam, baixaram-se perante o senhor todo-poderoso e, como é evidente, cá estamos novamente a resolver as coisas. -----

Eu não sei até que ponto a Câmara Municipal não poderia renegociar estas isenções fiscais - parece que se resolveu esta questão do IMI ou se vai resolver. Agora a Derrama... Estamos a falar de milhares e milhares de euros.” -----

- **Dr. José Paulo Pina Simão (PS)** contextualizou o assunto dizendo estarem “a abordar um contrato que foi celebrado com a PT em 2011. A atual Lei foi aprovada e publicada em 2013. O contrato estabelece determinadas regras e obrigações e compromissos, entre eles esta isenção. E a verdade é que nós estamos aqui a falar de um promotor privado que investiu no Concelho da Covilhã. Criou postos de trabalho no Concelho da Covilhã. Devia já ter criado 1000. Criou 300, mas são 300. Há lá trezentas pessoas, trezentas famílias. Portanto, terá que haver aqui uma ponderação dos interesses em jogo. Evidentemente que estamos aquém daquilo que deveria ser a situação ideal, mas também não podemos esticar de tal maneira a corda que a rebentemos e as pessoas acabem por ficar “sem pau nem bola”. -----

Entendo esta isenção, mais cinco anos, no sentido de permitir manter as pontes abertas de diálogo com a empresa, procurando, na melhor maneira possível, maximizar o que está contratualizado. -----

Agora, a situação em 2011, evidentemente o PS votou como votou, mas votou porque lhe foi posta em cima da mesa uma situação, de facto, do tudo ou nada. E, nós, não andamos aqui a desconfiar uns dos outros e a pensar que todos estão a agir de má-fé. As pessoas decidem, em cada momento, em função daquilo que lhes é apresentado e com boa-fé. Se as coisas, entretanto, se desmoronam, essa é outra questão. Portanto, parece-me de todo o sentido existir esta isenção fiscal. Também me parece que a Assembleia Municipal não deve deliberar isto porque quem tem competência, à luz da atual Lei, é a Câmara Municipal e já está deliberado. Nesse sentido, a este Órgão deveria ser só dado conhecimento, mas também podemos deliberar. Seja como for, deliberando, o PS delibera favoravelmente”; -----

- **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS)**, depois de cumprimentar todos os presentes, referiu ser importante lembrar a história do Data Center e que, sendo contra a posição do PCP, lhes queria reconhecer e prestar homenagem pela coerência. -----

De seguida referiu: “Importa lembrar a ala direita, do Acreditar e do Zeinal porque, na altura, vendeu-se tanto e tão bem o Data Center que nos disseram que era o único sítio possível onde

se podia construir. Viemos *a posteriori* a saber que não. E soubemos agora, ou temos uma ideia mais fundada, do porquê. -----

Na altura, não foi só a isenção dos 40 anos que foi dada à PT. Deram-se também 500 000 m³ de água por ano porque era importante trazer para cá o Data Center. Ofereciam-se 500 000 m³ de água por ano! Era importante trazer o Data Center para cá! Hoje enjeita-se. -----

Eram 40 anos de isenção fiscal, vão acabar por ser 10, mas não, isto é um mau negócio. O que importa saber não é...importa também saber, mas é mais importante saber, os 40 que se tornam 10, quanto dinheiro é que efetivamente entra na Autarquia? Obrigado.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)** iniciou a sua intervenção dizendo: “eu quero dizer uma coisa muito simples porque eu também estava na Assembleia Municipal em que este ponto foi aprovado em 2011 e, em minha defesa, também eu, Senhor Deputado Vítor Reis Silva, e foi um pouco a sua intervenção que suscitou a minha, me penitencio sobre isso, não em arrependimento do voto que fiz, mas a forma como o fiz porque não nos foi dada a informação toda. Eu recordo-me bem da discussão nesta Assembleia. Eu recordo-me bem do então Senhor Presidente da Câmara dizer-nos a todos que isto era uma questão de vida ou de morte; que era uma exigência da Portugal Telecom aquela localização; que mesmo que houvesse no Concelho outro local com condições para tal, a PT nunca aceitaria; e que a única forma da Covilhã entrar nesta corrida, da modernidade e do Data Center, era ser ali. E que aquilo também não tinha problema nenhum porque nós tínhamos já ali uns terrenos e um projeto para fazer o aeroporto e que só a má vontade da Oposição e a inveja da capacidade de realização da então maioria, é que levava a que se dissesse mal deste projeto. -----

Quero dizer que, na altura, votei favoravelmente com essa convicção, que era isto que tínhamos: não havia alternativa; era uma exigência; tínhamos mil postos de trabalho em jogo; tínhamos um investimento de muitos milhões, de muitas dezenas de milhões de euros, numa infraestrutura de tecnologia de ponta que nos iria colocar no mapa Mundial daquilo que era a *cloud computing* e as novas tecnologias. -----

Hoje sabemos, à luz da informação que temos, ouvindo alguns dos intervenientes da altura, que as coisas não eram bem assim. Sabemos hoje que a PT não fez essa exigência. A PT nunca exigiu que fosse naquele local específico. A PT nunca pôs isso como condição *sine qua non* e os mil postos de trabalho, hoje percebemos que são, enfim, diretos e indiretos e sem termo. -----

Relembro que já todos tivemos aqui acesso ao contrato e eu ouvi, durante tanto tempo, tanto tempo, nesta Assembleia, os Senhores Deputados a exigirem: “Senhor Presidente diga lá porque é que não cumpre aquilo que o contrato lhe permite? Porque é que o Senhor Presidente não exige à PT que faça todas as benesses e prebendas que prometeu à Covilhã? É por sua incompetência!” -----

Bom, o contrato foi distribuído e eu ainda não ouvi nenhum dos Senhores Deputados vir aqui dizer: “olhe, aqui na página tantos, na alínea tal, diz aqui que a PT deve dar isto e o Senhor ainda

não exigiu.” Bom eu ainda não ouvi! E, o que é facto é que aquilo que hoje temos é uma capacidade negocial relevante e assinalável deste Executivo Municipal que tem conseguido, de alguma forma, contextualizar e minorizar aquilo que tem sido e que é o prejuízo para a Covilhã porque, objetivamente, a Covilhã foi ludibriada. -----

O PS vai votar favoravelmente este ponto porque entende que está a ser feito um trabalho interessante e muito meritório, por parte do Executivo Municipal, para tentar equilibrar um pouco aquilo que são as condições de instalação da *Portugal Telecom*, atualmente *Altice*, na Covilhã. E têm sido boas. Porque, para além daquilo que não está no contrato, por exemplo, nós temos hoje um *Contact Center* da *Randstad* a trabalhar para a *Altice* no nosso Concelho e por especial capacidade negocial do Senhor Presidente da Câmara, com o bom relacionamento com a ALTICE, nós temos hoje uma infraestrutura de fibra ótica e um investimento de fibra ótica, também no nosso Concelho, em toda a Região da Serra da Estrela, mas também no nosso Concelho, que não estava previsto. -----

Quero felicitar, em nome da Bancada do Partido Socialista, o Executivo Municipal e desejar que continuem este trabalho porque, efetivamente, aquilo que foi prometido em 2011 e aquilo que foi dado pela Covilhã à *Portugal Telecom* não foi justo, não foi equilibrado e estamos agora a fazê-lo. Muito obrigado!” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PSD)** colocou um ponto de ordem à Mesa: “eu tenho dúvidas, fundamentadas, se a Assembleia pode deliberar sobre estas isenções e benefícios, em virtude de a Lei ter sido alterada em 2018 e, neste momento, ser obrigatória a existência de um Regulamento para a isenção ou benefícios fiscais objetivos e subjetivos, bem como não estarmos a cumprir - penso eu, porque ninguém me respondeu qual era o valor para a PT - a aplicabilidade dos auxílios minimis no máximo 200 mil euros/ano, a PT é mais ou menos 1 milhão de euros ao ano, penso eu. -----

Devido a esta dúvida jurídica da inexistência de um regulamento, que é obrigatório para podermos aprovar esta isenção e devido a não estarem cumpridos os critérios da aplicabilidade dos auxílios minimis, previsto no n.º 1 do artigo 16 do RFALEI, eu penso que, a Assembleia não pode deliberar sobre esta matéria, em todo o caso se deliberar nós abster-nos-emos.” -----

--- O **Senhor Presidente da Câmara** iniciou saudando a intervenção do Membro Municipal Jorge Viegas, relativamente ao regulamento de incentivos. -----

Informou que, em 2011, na qualidade de Vereador da Oposição, os argumentos que tinham sido apresentados o tinham convencido e levado a votar favoravelmente a proposta, porque entendeu que era o melhor para a Cidade, para o Concelho e para a Região. -----

“A Câmara Municipal e a Assembleia Municipal assumiram este compromisso e são pessoas de bem. Se não honrarmos aquilo que aqui foi deliberado, qual é o investidor que, no futuro, vai confiar em nós? -----

Contrariamente aquilo que foi aqui dito hoje, que não obtivemos nenhuma vantagem relativamente aos contratos-promessa que foram celebrados, eu recorro que o contrato promessa que foi celebrado na altura, relativamente a duas frações, os dois em conjunto perfaziam a quantia de 360 mil euros. Entretanto, já pagámos, a título de sinal, 60 mil euros num caso e 12 mil euros noutra (72 mil euros). Inicialmente eram 360 mil euros e conseguimos um abatimento de 44 mil euros. -----

Relativamente à isenção, dar-vos nota que, por força da aplicação da Lei, poupa-se 930 mil euros, ou seja, teriam uma isenção de 40 anos, passou para 10, logo, nesses 30 anos em que vão pagar IMI, a Câmara da Covilhã vai receber 930 mil euros, sem falar nas atualizações de IMI que não de ocorrer nos próximos anos. -----

Neste caso concreto, temos que cumprir e honrar aquilo que foi acordado e celebrado com a contraparte.” -----

Terminou a sua intervenção falando das contrapartidas recebidas, tais como o Centro de Contacto da *Randstad Altice*, a implementação da fibra ótica no maciço central da Serra da Estrela que iria servir freguesias da Covilhã e, do ponto de vista científico, a possibilidade da instalação de um laboratório da *Altice*. -----

--- Tendo o Membro Municipal Dr.º Hugo Ferrinho Lopes dúvidas sobre a votação do ponto em discussão, foi concedida a palavra à **Senhora Dra. Graça Isabel Pires Henry Robbins, Directora do Departamento de Administração Geral** que prestou os seguintes esclarecimentos: “Efetivamente, a alteração à Lei das Finanças Locais, que entrou em vigor dia 1 de janeiro de 2018, impõe, no âmbito das isenções fiscais, a existência de um Regulamento Municipal para o efeito. A Lei não dá um prazo para a elaboração desse Regulamento. Esse Regulamento está a ser trabalhado pelos Serviços e, a seu tempo, virá à Câmara e à Assembleia Municipal. Quando ele estiver aprovado, as isenções passam a ser da competência da Câmara Municipal. Enquanto o Regulamento não estiver em vigor, a competência de isenção, no nosso entendimento, mantém-se da Assembleia Municipal. E, também, no caso em concreto, não é uma nova isenção, é uma decisão que vem de 2011, que foi assumida pelos Órgãos Municipais por um longo período de vigência. E, no fundo, há aqui uma regularização que deve ser considerada para efeitos, até, de cumprimento fiscal da própria empresa, junto da Autoridade Tributária.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho (PSD):** agradeceu à Dra. Graça Isabel Pires Henry Robbins pelo esclarecimento feito. “Ainda assim, do que li da Lei, continuo com algumas reservas e dúvidas que quero aqui deixar claro para que fique em ata, porque do meu entendimento nós devíamos ter que aprovar o regulamento primeiro e esta isenção só depois, porque a Lei já foi alterada.”

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Isenções Fiscais – Portugal Telecom Data Center, SA*** foi a mesma ***aprovada por maioria, com 22 votos a favor (PS, DNCCP e IND), 3 votos contra (PCP) e 6 abstenções (CDS-PP e PSD)***. -----

Foram feitas as seguintes **Declarações de Voto**: -----

- **Senhor Prof. Bernardino Gata Silva (DNCCP)**: “Passamos aqui um momento interessante e a não ser a coerência do PCP existiu apenas um jogo de sombras. O PS tirou o cavalinho da chuva – “fomos obrigados a votar”. O Senhor Presidente da Câmara habilmente passou também pelos pingos da chuva – “a ALTICE é horrorosa, o que se aqui fez na Covilhã é horrível, mas votamos a favor”. Nós também.” -----

- **Senhor Dr. Marco António Gabriel (Boidobra)**: “O PCP vota contra porque é coerente, mas efetivamente nesta matéria há mais coerências desta vez: nós costumamos ser os únicos, mas desta vez há mais. O PS tem o mesmo sentido de voto da outra vez e o próprio PSD (que agora assume novos rostos, nomes, etc.), mas que também vota a favor como agora foi dito. Desta vez houve mais coerências. Portanto, estes *mea culpa* que aqui a gente assistiu não chegam. Eu, como leigo na matéria, acho que, quando se faz o *mea culpa*, é preciso também uma penitência e, portanto, o PS vem sempre com esta questão: “na altura nós fomos enganados, mas agora continuamos com isto; nas SCUT’S fomos enganados, mas agora continuamos com isto; na Moeda única fomos enganados, mas agora continuamos com isto”. Portanto, este *mea culpa* assim não chega. Ora bem, nós na altura fizemos as contas era 1 milhão de euros de isenção. Se o Senhor Presidente da Câmara nos diz agora só de IMI durante 30 anos são 900, é porque nós fizemos mal as contas, era mais! Era muito mais! O Senhor Presidente diz que poupa 930. Nós dizemos que perde 150 porque, se não houvesse esta renovação, a Câmara ganhava mais 150 mil euros. -----

E, depois, concordando efetivamente com esta questão do Regulamento, que deve ser colocado em prática, e que as isenções sejam feitas também, por exemplo na medida do IMI para as Entidades sem fins lucrativos, o importante também a reter é que a penitência tem que ser ouvir com mais atenção as palavras do PCP e o estudo que faz sobre as matérias, que é para não serem enganados. Obrigado!” -----

Foi ainda entregue, pelo **PSD**, a seguinte **Declaração de Voto** que, a seguir, se dá por integralmente reproduzida: **(Doc. 12)** -----

“Segundo o disposto no artigo 16.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual (RFALEI), com o artigo 23.º - A do Código Fiscal do Investimento, os Municípios podem conceder isenções de IMI e de IMT a empresas cujos investimentos realizados no território municipal sejam considerados relevantes pelos órgãos municipais, no que respeita a isenções e benefícios fiscais, o n.º 2 do artigo 16.º do RFALEI estabelece que apenas a “assembleia municipal, mediante proposta da câmara municipal, **aprova regulamento contendo os critérios e condições para o reconhecimento de isenções totais ou parciais**, objetivas ou subjetivas, relativamente aos impostos e outros tributos próprios. -----

Mais acrescenta o n.º 3 desse normativo que, por força do princípio da legalidade tributária, “devem ter em vista a tutela de interesses públicos relevantes, com particular impacto na economia local ou regional, e a sua **formulação ser genérica e obedecer ao princípio da igualdade**, não podendo ser concedidos **por mais de cinco anos**, sendo possível a sua **renovação por uma vez com igual limite temporal**”. Refere ainda o n.º 9 do mesmo artigo que o **“reconhecimento do direito à isenção é da competência da câmara municipal, no estrito cumprimento das normas do regulamento referido no n.º 2”**. -----

Não tendo o PSD conhecimento, até à data, da aprovação de um Regulamento específico de Concessão de Incentivos Benefícios Fiscais na Covilhã, suscita-nos dúvida que tal isenção tenha sido aprovada em reunião de Câmara, a 22 de fevereiro, dado **não ter fundamentação legal**. – Em síntese, nos termos do referido n.º 2, o que a Câmara Municipal deveria estar a apresentar nesta Assembleia Municipal era uma proposta de Regulamento e não uma isenção específica, cabendo por fim à Câmara Municipal o reconhecimento de tais isenções em cumprimento do referido Regulamento. -----

Por outro lado, importa ressaltar que, nos termos do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, na sua redação atual, “a assembleia municipal pode, sob proposta da câmara municipal, nos termos dos **n.ºs 2 e 3 do artigo 16.º**, deliberar a **criação de isenções ou de taxas reduzidas de derrama**” que atendem obrigatoriamente, e no âmbito do regulamento previsto no n.º 2 do referido artigo 16.º, aos seguintes critérios: -----

- a) Volume de negócios das empresas beneficiárias; -----
- b) Setor de atividade em que as empresas beneficiárias operem no município; -----
- c) Criação de emprego no município. -----

Por fim e nos termos do n.º 11. do artigo 16.º e do n.º 25 do artigo 18.º do RFALEI, os referidos benefícios fiscais estão sujeitos às regras europeias aplicáveis em matéria de auxílios de minimis, sendo por isso o montante máximo global de auxílios que uma Empresa Única pode receber por Estado Membro durante um período de **3 anos consecutivos é de 200 mil euros**. Como se encontra comprovada esta situação, designadamente quanto à entidade em questão?” -----

2.6 – CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE PESO E VALES DO RIO - ANO LETIVO 2018/2019 - ACOMPANHAMENTO DO SERVIÇO DE REFEIÇÕES NO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E COMPANHAMENTO DE CRIANÇAS NEE (S)

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 22 de fevereiro de 2019, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 1157 de 2019.02.22 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata, fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio)** informou, sobre o assunto em apreciação, que se tratava de uma regularização “de um caso que vem desde junho que não foi contemplado na altura quando foi feito os outros protocolos das outras freguesias” e que não se tratava da contratação de mais um posto de trabalho. -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** lembrou que “a nossa posição é conhecida. Se houve ou não houve contrato com esta pessoa que prestou o serviço, se se manteve o regime do falso recibo verde, nós votamos contra. Como o contrato, em anexo, tem a forma do costume e apesar de na cláusula 6.º nos dizer que a junta de freguesia fica obrigada a cumprir todas as orientações e regras técnicas constantes da Lei, nós partimos sempre do princípio que as juntas de freguesia cumprem a Lei, elaborando contratos com quem contrata. Mantendo os recibos verdes, nós votamos contra.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PSD)** referiu que “nesta delegação de competências estamos a referir-nos a um ano letivo que se iniciou em setembro de 2018. Deveria ter sido votado em setembro. No caso de a Assembleia Municipal rejeitar esta delegação e ficando a Junta de Freguesia com o encargo, estamos a pôr o Senhor Presidente e a Junta em xeque. Penso que é uma falta de consideração trazer à Assembleia Municipal um protocolo com o facto consumado. O nosso sentido de voto não prejudicará e nenhum dos Senhores Deputados Municipais quer prejudicar a Junta de Freguesia nesta matéria, naturalmente. -----

Em segundo lugar: mais uma vez, estamos a empurrar a responsabilidades para as juntas de freguesia e, neste caso, é grave porque viola o n.º 8 do artigo 63.º da Lei do Orçamento do estado de 2019, porque a mesma diz que não podem haver contratos de prestação de serviços subordinados. Neste caso, poderia ter sido um contrato de trabalho a tempo parcial. Porque é que não foi? A responsabilidade aí seria da Câmara e não colocando a Junta em xeque, como aqui acontece. O que aqui estamos a fazer é ilegal, de acordo com o LCPA, porque não pode executar despesa sem o compromisso previamente assumido. Como é que o compromisso n.º 2018/570 se refere a uma despesa para o ano letivo, contempla 10 meses de despesa com a mesma tarefa se o ano letivo acaba em junho e os emails comprovam como se fosse tratado do mês passado? Vai a Câmara incorrer numa violação da Lei e pagar 4 meses em atraso ou vai pagar mais 4 meses além de junho e como, se o protocolo só se refere ao ano letivo que acaba nesse período?” -----

- **Senhor Presidente da Câmara** respondeu que, com a municipalização da Educação, estas situações dessa natureza já não iriam acontecer. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Contrato de Delegação de Competências na União de Freguesias de Peso e Vales do Rio - Ano Letivo 2018/2019 – Acompanhamento do Serviço de Refeições no 1.º Ciclo do Ensino Básico e Acompanhamento de Crianças NEE (s)** foi a mesma **aprovada, por maioria, com 25 votos a favor (PS, DNCCP e IND), 2 votos contra (PCP) e 5 abstenções (CDS-PP e PSD)**. -----

Foram feitas as seguintes **Declarações de Voto**: -----

- **Senhor Prof. Bernardino Gata Silva (DNCCP)**: “O Grupo Parlamentar De Novo Covilhã votou a favor, como votará a favor na próxima por uma razão muito simples: tudo o que for beneficiar o poder das juntas de freguesia, que é o que está mais direto com o Povo, e tudo o que deve ser feito para a eliminação das assimetrias do Interior, votamos naturalmente favoravelmente.” ---

- **Senhor Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PSD)**: “Em virtude das dúvidas que aqui levantei e que peço que transcrevam para declaração de voto (a nossa dúvida sobre a violação do n.º 8 do artigo 63.º da Lei do Orçamento do Estado – “a mesma diz que não podem haver contratos de prestação de serviços subordinados”) e por o Presidente da Câmara não ter respondido a nenhuma das minhas questões, não alteramos o sentido de voto previamente assumido que seria de abstenção e de voto favorável caso nos pudessem ter esclarecido nesse sentido. Não tendo sido respondido, mantivemos o sentido de voto inicial.” -----

2.7 – CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM AS JUNTAS DE FREGUESIA DE ALDEIA FRANCISCO ASSIS, CANTAR GALO E VILA DO CARVALHO, CORTES DO MEIO, DOMINGUISO, ORJAIS, PESO E VALES DO RIO, S. JORGE DA BEIRA, TEIXOSO E SARZEDO, TORTOSENDO E UNHAIS DA SERRA - PARA PAGAMENTO DA TAXA CONTRIBUTIVA DE 5% À SEGURANÇA SOCIAL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 22 de fevereiro de 2019, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 1156 de 2019.02.22 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata, fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP):** “Tive conhecimento, através da Comunicação Social e não só, que esta votação não foi pacífica e unânime na sessão da Câmara Municipal da Covilhã. Uns porque é legal; outros porque não é legal. Afinal, é ou não é legal transferir dinheiro para a junta de freguesia para pagamento de taxas e impostos?” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PSD):** “Nós incorremos aqui num grave erro porque a taxa contributiva é de 10 e não de 5%. Com a entrada em vigor das alterações ao Código dos Regimes Contributivos do Decreto-Lei 2/2018, a taxa passou de 5 para 10%. Nos casos, por exemplo, em que o Senhor Vereador com o pelouro referiu na Câmara Municipal, nos casos em que a dependência era menor que 80%, a taxa agora de 5 passa e mantém-se para 7% como valor intermédio, fruto desta alteração legislativa. Mas, todas as taxas que nós falamos aqui são superiores aos 5% que a Câmara Municipal se propõe pagar. Nos casos em que a taxa seja superior a 80%, a taxa contributiva da Segurança Social é de 10% e não de 5. Nos outros casos, é de 7 e não de 5. Ou seja, este protocolo só vai ressarcir a Junta de Freguesia em metade ou pouco mais de metade do valor. Quem vai pagar o remanescente? Como é que vão ressarcir o remanescente que falta se o próprio Vereador disse e cito: “a Câmara entende que não devem ser as juntas a suportar esse custo, uma vez que se trata da competência da Câmara.” Este protocolo não é mais do que um “*copy paste*” do anterior e é uma despesa de 2018 porque é que a estamos a aprovar aqui mais uma vez, se se trata do ano passado? -----
Para terminar, questionar como está a regularização das tarefas e número de horas de trabalho em Verdelhos que a Senhora Vereadora Prof.ª Doutora Regina Gouveia se comprometeu, com o anterior Presidente da Junta de Freguesia, em aumentar em dezembro do ano passado e até à data não foi cumprido.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP):** criticou a situação dos recibos verdes, dizendo que as pessoas deveriam ter um contrato de trabalho a termo de 2 horas, e que o Partido Comunista iria votar coerentemente de acordo com as suas anteriores votações. Perguntou para quando a regularização da situação precária das tarefas que exercem funções nas escolas a tempo parcial. -----

- **Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio):** informou que “a Junta de Freguesia já pagou os 5%, portanto a Câmara não vai pagar a taxa: a taxa já está paga desde o ano passado. A quem tem dúvidas, isto é um imposto do ano de 2017 porque, se eu recebi durante o ano de

2018, isto é um imposto relativo ao ano de 2017 (quando são apurados os rendimentos das pessoas). -----

Relativamente ao prolongamento, a Junta de Freguesia paga, salvo erro, 3 horas a uma funcionária para garantir o prolongamento do 1.º Ciclo, mas isto é porque a Junta de Freguesia quer e quer trazer qualidade ao serviço que a escola tem à população de Cortes do Meio. -----

Dizer também que as juntas de freguesia não são obrigadas a aceitar os contratos de delegação de competências. O que nós estamos a falar aqui é pedir às pessoas que aproveem que se paga às juntas de freguesia aquilo que elas já gastaram. Isto é trazer alguma justiça e complementar o contrato que foi assinado.” -----

- **Fausto Herculano Branco Baptista (DNCCP)**: referiu que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Corte do Meio “disse a verdade daquilo que acontece e o porquê da aprovação destes 5%. Dizer ao Senhor Deputado Reis Silva que isto é não assim tão fácil porque, se fosse assim tão fácil, qualquer junta de freguesia fazia contrato efetivo com os seus funcionários: não andavam com recibos verdes! Só que, amanhã, fecha a escola e o que é que os funcionários ficam a fazer nas juntas de freguesia? O que pode acontecer, e isto é uma sugestão que eu faço, é que, quando fazem os protocolos de delegação de competências, se acrescente o valor para que a junta de freguesia (retendo esse valor), quando vier a contribuição a pagar à Segurança Social, o fazer.” -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio)**: “quando falamos de protocolos com a junta de freguesia, os protocolos já foram discutidos com a Câmara. Quando aqui vêm já foram maturados. Isto poderia resolver-se de outra forma que foi aqui discutido no ano passado em junho: o protocolo prever a situação que o Partido Comunista diz de colocarmos, no protocolo, as pessoas com contrato a termo com algumas horas. Estes não preveem, portanto temos de fazer um contrato de prestação de serviços conforme aquilo que assinámos com a Câmara Municipal. -----

Em relação aos 5%, estes 5% já os pagámos. Não estamos aqui a fazer o pagamento de taxa nenhuma. No entanto, acho piada o Partido Comunista, ainda há bocadinho disse que era coerente nas suas votações, portanto devia ter votado favoravelmente porque, na Câmara de Loures, votam favoravelmente outras coisas que são aplicáveis lá.” -----

- O **Senhor Presidente da Câmara** esclareceu o Membro Municipal – Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP) – que não era “uma transferência para esse efeito. Houve um acréscimo de encargos por parte da Junta. Havendo um acréscimo de encargos tem de se acompanhar a todos os títulos. Não vamos deixar as juntas desguarnecidas nessa medida. Tendo nós delegado, de forma acrescida, nas juntas de freguesia, acompanhamos, de forma acrescida, o pagamento dos encargos. Não estamos a transferir dinheiro para taxas e impostos. Estamos a dar cobertura ao acréscimo de despesa que a Junta de Freguesia tem.” -----

Relativamente à intervenção do Membro Municipal – Dr.º Hugo Ferrinho Lopes – respondeu que os valores tinham a ver com o passado. “O raciocínio do Senhor Deputado estaria certo se estivéssemos a falar do corrente ano. Formalmente está correto se fosse para o futuro. Este protocolo é do passado e não do futuro.” -----

Quanto ao que foi dito pelo Membro Municipal Prof. Vítor Manuel Reis Silva, respondeu que “regularizamos 16 trabalhadores que estavam em situação precária e, no atual mandato, já regularizámos 31. Regularizámos a situação de 47 cidadãos que trabalham com contrato de trabalho seguro no Concelho da Covilhã. Há câmaras que não o fizeram e câmaras do Partido Comunista! Não tem razão nesse aspeto. Eu gostava também que se regularizasse as situações destas pessoas, mas eu pergunto com toda a racionalidade: como é que se regulariza a situação de uma pessoa que tem 2 horas de trabalho por dia? Dar um contrato de 2 horas? Isso é dar estabilidade às pessoas?! Há de me dizer, com 2 horas, como é que se governam!” -----

- **Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP)**, relativamente às declarações do Senhor Presidente da Câmara, referiu que “somos obrigados a concluir que o Vereador Paulo Rosa estava carregado de razão quando sugeriu que alterassem o enunciado do ponto. Quando diz que estão a transferir mais dinheiro para que as juntas de freguesia possam cumprir com os seus compromissos, relativamente ao acréscimo que vem desta isenção fiscal, somos obrigados a dar razão ao Vereador Paulo Rosa quando disse que deveriam ter alterado o enunciado do ponto e retirar dali a isenção fiscal para fora.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contratos de Delegação de Competências com as Juntas de Freguesia de Aldeia Francisco Assis, Cantar Galo e Vila do Carvalho, Cortes do Meio, Dominguiso, Orjais, Peso e Vales do Rio, S. Jorge da Beira, Teixoso e Sarzedo, Tortosendo e Unhais da Serra - para pagamento da taxa contributiva de 5% à Segurança Social*** foi a mesma ***aprovada por maioria, com 24 votos a favor (PS, DNCCP, PSD e IND), 2 votos contra (PCP) e 3 abstenções (CDS-PP).*** -----

Foram feitas as seguintes **Declarações de Voto**: -----

- **Dr.º Hugo Ferrinho Lopes (PSD)**: “Agradecer e dizer que a Democracia é isto mesmo. Quando nós vimos aqui com alguma coisa preparada (estudamos e trabalhamos), tem importância que nos deem respostas efetivas àquilo que nós perguntamos porque, se calhar, poderia ter acontecido o que aconteceu agora exatamente no ponto anterior. Devido à justificação que me foi dada pelo Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta e restante bancada, eu próprio alterei o meu sentido de voto e reconheço que trouxe a matéria aqui mal interpretada de forma errónea da minha parte e dar saudações para que me

respondam mais vezes às perguntas que eu faço porque assim, se calhar, conseguem convencer a bancada mais vezes.” -----

- **Doutor António João dos Reis Rodrigues:** “Atendendo a que o Grupo Parlamentar De Novo Covilhã tem apoiado todas as iniciativas que visem garantir o normal funcionamento das freguesias votou favoravelmente o ponto 2.7 sugerindo que, em situações futuras, o processo seja revisto a fim de afastar o espectro de qualquer situação de ilegalidade.” **(doc. 13)** -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Usou da palavra o Senhor Nuno Miguel Henriques que falou sobre a falta de placas de toponímia nas Penhas da Saúde, alertando para o facto de um simples cidadão ter 30 dias para afixação do número de polícia e do perigo existente na Serra da Estrela, tendo havido já uma derrocada. Para terminar, sugeriu a atribuição do nome do artista Augusto Figueiredo para o nome de uma rua. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara informou que as placas de toponímia (de granito) estavam prontas para serem brevemente colocadas. -----
Agradecendo a sugestão e contributo, disse que quando fosse “oportuno, homenagear da forma mais consentânea com o vulto e a figura de Augusto Figueiredo a devida homenagem.” -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram vinte horas, da qual se lavrou a presente ata que, para sua inteira validade e fé, no fim vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

Técnico Superior,